



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

YURI OLIVEIRA DA SILVA

**As categorias imperialismo e capitalismo dependente na produção de
conhecimento na área do Serviço Social**

MARIANA – MG

2023

YURI OLIVEIRA DA SILVA

As categorias imperialismo e capitalismo dependente na produção de conhecimento na área do Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Orientador: Rodrigo Fernandes Ribeiro

**MARIANA - MG
2023**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S586c Silva, Yuri Oliveira Da.
As categorias imperialismo e capitalismo dependente na produção de conhecimento na área do Serviço Social. [manuscrito] / Yuri Oliveira Da Silva. - 2023.
71 f.: il.: gráf., tab..

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo - Aspectos sociais. 2. Estado da Arte. 3. Imperialismo. 4. Serviço social. I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 330.342.14

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Yuri Oliveira da Silva

As categorias imperialismo e capitalismo dependente na produção de conhecimento na área do Serviço Social

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 24 de março de 2023

Membros da banca

Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (UFOP)
Doutora - Kathiúça Bertollo - (UFOP)
Doutor - Roberto Coelho do Carmo - (UFOP)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 28/03/2023



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 28/03/2023, às 19:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0499917** e o código CRC **829F9B35**.

Agradecimentos

Minha gratidão aos meus amigos, que me acompanharam durante esse período da graduação, a minha família que sempre me apoiou e aos professores que contribuíram para a minha formação profissional.

Resumo

O presente trabalho de conclusão de curso, tem como objetivo observar as produções e discussão do Serviço Social a respeito da discussão do capitalismo dependente e do imperialismo, tendo como fundamentação teórica José Paulo Netto e Marilda Villela lamamoto, que realizam uma discussão do Serviço Social e sua conformação de acordo com a realidade material e a influência dessas categorias no desenvolvimento das políticas sociais e a atuação profissional. Também foram analisados Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes, que realizaram a discussão acerca do capitalismo dependente. Além da discussão acerca do imperialismo, realizada por Vladimir Ilyich Ulianov, popularmente conhecido como Lenin. A análise realizada sobre a produção do Serviço Social, com a escolha metodológica de analisar as principais revistas do Serviço Social, sendo elas: Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, Argumentum, Serviço Social e Sociedade e Katálysis. Analisando os artigos que continham as palavras: capitalismo dependente ou imperialismo, no título, resumo, e/ou palavras-chave. Também foi possível observar que dentro destas revistas e do tempo analisado 2011 - 2020, existiram produções de outros campos do conhecimento, nos quais realizavam a discussão sobre os temas já sinalizados. A fundamentação e os artigos analisados descrevem as condições da inserção da América Latina seguindo a lógica do mercado capitalista central e as consequências da sua inserção de maneira dependente, com rebatimentos em vários campos da vida social da população latino-americana.

Palavras-chave: Capitalismo dependente, Imperialismo, Serviço Social, Estado da Arte.

Abstract

This course completion work aims to observe the productions and discussion of Social Work regarding the discussion of dependent capitalism and imperialism, having as a theoretical foundation José Paulo Netto and Marilda Villela Iamamoto, who carry out a discussion of Social Work and its conformation according to the material reality and the influence of these categories in the development of social policies and professional performance. Ruy Mauro Marini and Florestan Fernandes were also analyzed, who carried out the discussion about dependent capitalism. In addition to the discussion about imperialism, carried out by Vladimir Ilyich Ulianov, popularly known as Lenin. The analysis carried out on the production of Social Work, with the methodological choice of analyzing the main magazines of Social Work, namely: *Em Pauta: Social Theory and Contemporary Reality*, *Argumentum*, *Social Service and Society* and *Katálysis*. Analyzing the articles that contained the words: dependent capitalism or imperialism, in the title, abstract, and/or keywords. It was also possible to observe that within these magazines and the analyzed time 2011 - 2020, there were productions from other fields of knowledge, in which they carried out the discussion on the themes already indicated. The rationale and the analyzed articles describe the conditions for the insertion of Latin America following the logic of the central capitalist market and the consequences of its insertion in a dependent way, with repercussions in various fields of the social life of the Latin American population.

Keywords: Dependent Capitalism, Imperialism, Social Work, State of the Art.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Artigos encontrados.

35

Lista de Tabelas

Tabela 1 - Registro dos artigos encontrados	32
Tabela 2 - comparação entre referencial teórico utilizado em cada artigo a respeito do imperialismo	36
Tabela 3 - comparação entre referencial teórico utilizado em cada artigo a respeito do Capitalismo Dependente	39

Lista de abreviaturas e siglas

CEPAL: Anuário Estatístico da América Latina e Caribe

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

TMD: Teoria Marxista da Dependência

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UFOP: Universidade Federal de Ouro Preto

AEB: Associação de Comércio Exterior do Brasil

PT: Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Imperialismo, capitalismo dependente e Serviço Social	14
2.1 A categoria imperialismo nos clássicos	14
2.2 Imperialismo e capitalismo dependente	16
2 O imperialismo nos clássicos do Serviço Social	23
3 Imperialismo e capitalismo dependente na produção de conhecimento do Serviço Social em suas revistas especializadas	31
3.1 Análise quantitativa	31
3.2 Uma análise qualitativa	37
3.3 Análises de artigos selecionados	48
4. Conclusão	66
5. Referências:	68

1. Introdução

O presente trabalho teve como ponto de partida a iniciação científica realizada pelo autor deste trabalho, em que a metodologia utilizada consistiu em analisar pensadores clássicos do Serviço Social, José Paulo e Marilda Yamamoto, pensadores clássicos que discutem a respeito do capitalismo dependente, Ruy Mauro Marini, que pertence a Teoria Marxista da Dependência (TMD), e Florestan Fernandes, além da discussão sobre o imperialismo realizada por Lenin, tendo assim, a fundamentação teórica construída de acordo com esses autores.

Além da fundamentação teórica, foi realizada a análise de artigos das quatro principais revistas do Serviço Social brasileiro: *Serviço Social e Sociedade*, que pertencem à editora Cortez. *Katálisis*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pelo Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina. *Argumentum*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo e *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*, vinculada à Faculdade de Serviço Social da UERJ e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

O procedimento metodológico para realizar essa tarefa se deu pela busca das seguintes palavras-chave: Imperialismo e capitalismo dependente. O intuito foi identificar a discussão e o referencial teórico que os autores de tais artigos utilizaram para a produção do mesmo. As palavras-chave foram buscadas no título, resumo e palavras-chave de cada artigo.

A discussão do tema para o Serviço Social, se faz relevante, porque os textos analisados investigam de forma conjuntural o sistema produtivo vigente, no qual é necessário compreender o seu funcionamento, para uma melhor atuação e planejamento profissional.

No primeiro capítulo, a construção da fundamentação teórica utiliza os autores citados para a compreensão do atual estágio do capitalismo e sua implicação nos países de capitalismo dependente, a influência externa que esses países recebem, além das limitações de avanço que foram construídas ao longo dos anos.

No segundo capítulo, acontecem as análises quantitativas e qualitativas dos artigos encontrados em cada revista, demonstradas de maneira escrita e através de gráficos e tabelas. Acontece também a análise de cinco artigos selecionados que

debatem as questões das categorias aqui apresentadas, sendo que foram selecionados dois artigos, de outras áreas do conhecimento, para entender como essa discussão acontece em outros campos e três artigos de produção do próprio Serviço Social, para compreender como isso está sendo debatido pela categoria.

2. Imperialismo, capitalismo dependente e Serviço Social

Neste capítulo inicial, são trabalhadas as categorias do imperialismo e capitalismo dependente, assim como sua relação com o Serviço Social, suas condições para a criação da profissão que se dá a partir do capitalismo já em sua fase imperialista/monopolista.

A análise do surgimento dessa fase monopolista do capitalismo e dos impactos existentes nas economias dependentes e de como essas implicações do sistema capitalista acabam por impactar na profissão do assistente social, tanto na sua formação quanto na maneira de atuar e visualizar o mundo.

2.1 A categoria imperialismo nos clássicos

O capitalismo já apresentava algumas de suas características centrais no final do século XIX, como observado por Lenin (2012), em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. A centralização do capital começava a se ampliar, de maneira inédita, tanto em forma quanto em proporção. Esse aspecto do capital impactou de maneiras diferentes os diversos países do globo ao longo da história, tendo em vista que essa concentração coloca o controle de países em poucas mãos (LENIN, 2012, p. 37), sendo que “[...] o enorme aumento da indústria e o processo notavelmente rápido da concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo”.

Essa concentração cada vez maior da produção torna-se uma tendência do capitalismo no seu estágio mais avançado, assumindo uma característica diferente das suas fases anteriores, reduzindo a ideia de um livre mercado, uma vez que grandes empresas compram ou levam às menores a falência, adquirindo cada vez mais parcelas de um determinado mercado de produção, ou ampliando os leques de dominação a mercados ainda inexplorados. Como afirma Lenin (2012, p. 37), “[...] essa transformação da concorrência em monopólios constitui um dos fenômenos mais importantes – para não dizer o mais importante – da economia do capitalismo moderno”.

A concorrência se modifica para esse novo estágio do capitalismo, já que a combinação e fusão de empresas, inclusive com bancos, vão se tornando cada vez mais comuns, criando uma concorrência planetária e não se limitando às fronteiras dos países. Temos, como exemplo, o domínio da Vale do Rio Doce, no Brasil, no mercado do minério de ferro, contudo, no âmbito global, ela concorre com outras grandes empresas do mesmo segmento, como a BHP Billiton. As observações apontadas por Lenin no final do século XIX e início do século XX, ao qual ele denominou como o último estágio do capitalismo, são atuais, mesmo que assumam novas características e mercados de exploração, sendo que a forma de concentração é no mínimo similar.

[...] uma particularidade extremamente importante do capitalismo chegado ao seu mais alto grau de desenvolvimento é a chamada combinação, ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria, que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima, [...] ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (LENIN, 2012, p. 37).

Temos, nesse momento histórico, um movimento de fusão dos bancos com as indústrias, um dos primeiros sinais desse novo estágio do capitalismo, sendo o imperialismo dominado pelos monopólios, que Lenin chamou de “capital financeiro”. Essas fusões alteram as regras do jogo no livre mercado, que outrora foram concorrentes, sendo que hoje sobrevive o mais forte economicamente, ou os que se juntaram em apenas uma indústria/agência bancária com algumas filiais. Essa centralização se expandiu por todo o globo e tal expansão observada tem implicações cada vez mais complexas nos dias de hoje, com trustes e cartéis cada vez mais bem definidos, alterando a forma de suas hegemonias. Empresas que controlam vários setores da economia “moderna”, deixando de ser uma produção singular, específica de um campo e abarca cada vez mais campos.

As indústrias dos países imperialistas fundiram-se com os bancos para poderem aumentar o seu capital e abarcar cada vez mais mercados e modelos de indústrias em vários campos, numa só indústria. A partir dessa fusão com os bancos, a influência exercida pelos mesmos cresce ferozmente e facilita a concentração dos mercados em poucas mãos.

Outra característica do imperialismo, que é destacada por Lenin (2012), é a busca por novas fontes de riqueza e mercados em outros países, que se dava na

perspectiva de encontrar lugares que dessem um retorno econômico graças às suas riquezas naturais. Nos dias de hoje essa busca aparece de maneira similar, porém, a mercadoria buscada é a mão de obra mais barata, ou seja, lugares que possuem uma legislação trabalhista mais frágil. Parte dessa busca por novos mercados, em que o capital variável é mais barato, a taxa de lucro é assegurada, tornando importante para os países de capitalismo central o domínio de outras nações.

2.2 Imperialismo e capitalismo dependente

Neste momento, serão analisadas a particularidade do capitalismo na realidade dos países de capitalismo dependente e as tensões que surgem da dominação imperialista sobre a força de trabalho e as riquezas naturais destes povos, como elementos da subordinação externa e do subdesenvolvimento externo. Para tanto, também serão resgatados alguns elementos de Florestan Fernandes (1975) e Ruy Mauro Marini (2011).

As sociedades latino-americanas foram exploradas e escravizadas desde antes do surgimento e instauração do capitalismo, contudo, sempre seguindo a lógica de acumulação. Essa lógica, se tornou mais sofisticada, com os avanços sociais realizados pela humanidade. Colônias se tornaram independentes e, em tese, teriam se sagrado países responsáveis por si, com soberania e não submissão de seus recursos a outros países. Pelo menos essa seria a ideia da independência. Na prática, os países latino-americanos continuaram a ser submissos, mudando apenas as formas como esse processo acontecia. Foram criados meios de dominação para esses países, foi definido uma função para os mesmos. No caso do Brasil, como em toda a história desde a invasão portuguesa, a importação de recursos naturais, desde o ouro, do petróleo, minério de ferro, até a produção de alimentos, como a carne, arroz, soja e etc, foram e ainda são recursos muito requeridos pelos países de capitalismo central. Este país tem como principal modelo econômico a agroexportação.

Na realidade, a posição hegemônica dos países de segunda ordem, está permanentemente ameaçada pela supremacia tecnológica, financeira e política dos Estados Unidos, que impõem uma política econômica realisticamente orientada para a sua autoproteção (FLORESTAN, 1975, p. 30).

A dominação vigente ainda segue os parâmetros apontados por Florestan Fernandes, uma vez que a dependência tecnológica é uma espécie de limitante para o avanço científico, tecnológico e econômico. O que causa impactos, até mesmo para o desenvolvimento industrial, que seria a “maneira” seguindo a lógica capitalista de um país conseguir a sua hegemonia. A dominação tecnológica das indústrias e dos países centrais possibilita que a produção se torne acelerada, reduzindo assim o valor das mercadorias, tornando o preço dos mesmos produtos impraticáveis para outras indústrias e países que demoram mais tempo para a criação de tais mercadorias, tendo assim um valor acima do concorrente. Podemos observar que o avanço tecnológico possibilita a criação de monopólios por parte das indústrias, que saem na frente de seus concorrentes.

Fernandes (1975) destaca 4 tipos de dominação sofrida pelos países da América Latina. Primeiro a dominação colonial, que foi realizada pela Espanha e por Portugal, visando a extração de lucro dos países dependentes, em que os colonizadores atendiam aos desejos da Coroa.

O segundo tipo seria a dominação do mercado externo. Diferentemente das ações de Espanha e Portugal, que tinham como objetivo a exploração dos recursos naturais dos países invadidos e o mercado interno, a Inglaterra principalmente, optou nesse momento histórico, por ocupar um lugar diferente na economia, o da importação e exportação.

As nações europeias, que conquistaram o controle dos negócios de exportação e de importação na América Latina (a Inglaterra em particular), estavam inicialmente mais interessadas no comércio que na produção local. Durante quase quatro ou cinco décadas - do fim do século XVIII até as primeiras três ou quatro do século XIX - esses países ocuparam o vácuo econômico deixado pela desagregação do antigo sistema colonial, ao invés de exercerem o papel de um "poder imperial" (FERNANDES, 1975, p. 14-15).

Esses tipos de dominações citados acima, fizeram parte da história humana, antes mesmo da introdução do capitalismo neste território colonizado, mas já possuíam um interesse na apropriação dos recursos naturais e uma acumulação de riqueza.

O terceiro tipo de dominação aconteceu devido a reorganização produtiva e global dominada pelo imperialismo. Essa fase, já estaria ligada diretamente ao capitalismo industrial contemporâneo.

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através de incorporação maciça e direta de

algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina (FERNANDES, 1975, p. 16).

Esse terceiro impacto é a chegada da fase final do capitalismo observada por Lenin, que a partir desse momento se expande para todo o mundo, e criando novos meios de exploração para os trabalhadores.

O último padrão consiste no padrão de dominação exercido pelas grandes corporações e multinacionais. Esse último padrão de dominação, pode se considerar novo mas é uma característica que já podíamos observar segundo as análises de Lenin (2012), uma vez que o princípio dessas multinacionais e megacorporações se deu com a fusão das empresas e dos bancos que, de fato, aperfeiçoaram os meios de exploração, a alienação para manterem e até mesmo ampliar os seus lucros.

O quarto padrão de dominação externa surgiu recentemente, em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos - muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos da indústria leve e pesada. Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de organização, de produção e de marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos. Elas representam o capitalismo corporativo ou monopolista, e se apoderaram das posições de liderança - através de mecanismos financeiros, por associação com sócios locais, por corrupção, pressão ou outros meios ocupados anteriormente pelas empresas nativas e por seus "policy-makers" (FERNANDES, 1975, p. 18).

Florestan (1975) defende ainda o que ele mesmo denominou como imperialismo total, que seria toda a influência de um país sobre o outro, em todos os campos de decisão social, amarrando assim o desenvolvimento político e econômico. No caso, seria a dominância por completo de um país imperialista, sobre um país dependente, em que todos os seus arranjos seriam planejados pelo país exterior, impossibilitando assim, uma ascensão desses países para de fato se tornarem independentes.

Graças a esses modelos de dominação exercidos pelos países centrais é que foi possível a divisão do mundo e a "definição" do que as economias mais frágeis iriam produzir.

Os impactos dessa expansão na América Latina criaram questões particulares neste território, devido ao modelo de produção adotado, dando origem a uma dependência sendo essa tecnológica, econômica e comercial. Esse processo não permite que os países da América Latina se desenvolvam autonomamente, mas que

esses desempenhem funções definidas pelas grandes potências capitalistas. Sendo na prática contrária aos discursos que através da industrialização o país conseguirá avançar e conquistar uma autonomia.

Fernandes (1975, p. 26) destaca duas realidades ásperas a partir da realidade latino-americana:

[...] 1) estruturas econômicas, socioculturais e políticas internas que podem absorver as transformações do capitalismo, mas que inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; 2) dominação externa que estimula a modernização e o crescimento, nos estágios, mais avançados do capitalismo, mas que impede a revolução nacional e uma autonomia real. Os dois aspectos são faces opostas da mesma moeda.

Por mais que os avanços tecnológicos (mesmo que não seja de ponta, nos países periféricos) e industriais possam representar uma melhoria na qualidade de vida, para algumas pessoas não vai ser através delas que os países latino-americanos vão chegar à autonomia dentro da lógica do capitalismo e muito menos superar as contradições imposta pelo capitalismo, em sua fase imperialista.

Ruy Mauro Marini (2011) faz apontamentos importantes a respeito do papel desenvolvido pela América Latina na integração comercial e a passagem para o capitalismo, em que ele traz aspectos que explicam a importância do papel desempenhado por este território e que não por acaso esse papel ficou destinado a ela, como a produção de alimentos, já mencionado.

Segundo Marini (2011), inicialmente a exploração dos metais preciosos e gêneros exóticos contribuiu para a expansão do fluxo de mercadorias, dos meios de pagamento e do desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa. Desde o início do século XVI, a América exerce um papel fundamental para a instauração e sustentação do modelo de produção capitalista, atuando como um dos pilares para o seu desenvolvimento e sustentação.

O forte incremento da classe operária industrial e, em geral, da população urbana ocupada na indústria e nos serviços, que se verifica nos países industriais no século passado, não poderia ter acontecido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária, proporcionados de forma considerável pelos países latino-americanos. Isso foi o que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e especializar os países industriais como produtores mundiais de manufaturas (MARINI, 2011, p. 136-137).

Nesse contexto, é notória a importância da exploração da América Latina e de como é interessante e necessário manter uma parte do globo produzindo alimentos que supram a necessidade do mercado internacional e da humanidade, por mais que

a fome não tenha sido superada por completo, devido às relações sociais e não pelo poder de produção de alimentos. A demanda de alimentos exigida pelos países industriais não poderia ser solucionada por eles mesmos, uma vez que o foco era a construção de grandes centros urbanos e da industrialização. Realizar o plantio em grandes quantidades para a alimentação demanda um vasto território, ainda mais para a época em que as tecnologias de produção alimentares não eram tão avançadas como nos dias de hoje.

De acordo com Marini (2011, p. 137):

Mas não se reduziu a isso a função cumprida pela América Latina no desenvolvimento do capitalismo: à sua capacidade para criar uma oferta mundial de alimentos, que aparece como condição necessária de sua inserção na economia internacional capitalista, prontamente será agregada a contribuição para a formação de um mercado de matérias-primas industriais, cuja importância cresce em função do mesmo desenvolvimento industrial.

Neste momento, não basta apenas a produção de alimentos, para o desenvolvimento capitalista. A América Latina passa a ter que produzir matérias-primas para as indústrias de base, inicialmente estrangeiras, deixando essa produção "secundária" para os países latinos. Enquanto isso, as potências capitalistas ficam responsáveis pela produção de equipamentos, que resultará numa troca desigual, ou seja, enquanto os países latinos, ficam responsáveis pela produção da matéria-prima, os países centrais se desenvolvem industrialmente, criando tecnologias e bens de consumo duráveis e revendem esses produtos para os países latino-americanos por um preço acima do mercado, uma vez que esses países não possuem tecnologia para o seu desenvolvimento, ou não conseguem produzir a um custo competitivo em relação aos países centrais. Uma última característica importante desse processo é o auxílio na transferência da mais-valia absoluta, para a mais-valia relativa.

Mais além de facilitar o crescimento quantitativo destes, a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia-absoluta para a de mais-valia relativa (MARINI, 2011, p. 138).

A ampliação da produção, graças aos avanços tecnológicos, possibilitou esse deslocamento da mais-valia absoluta para a relativa, nos países de capitalismo central. Agora o trabalhador produz mais em menos tempo, não sendo mais necessário a ampliação da sua jornada de trabalho para um aumento significativo da produtividade, no caso, referente aos países de capitalismo central.

[...] ao aumentar a produtividade o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor: é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso

permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim uma mais-valia superior à de seus competidores - ou seja, uma mais-valia extraordinária (MARINI, 2011, p. 139).

Nesse contexto, é perceptível a influência da tecnologia na expansão do lucro, o que gera mais poderes ao capitalista que possui tal tecnologia, onde a venda de seus produtos pode ser comercializada a um valor menor do que os concorrentes, com o objetivo de levá-los à falência, podendo construir um monopólio no setor explorado, como já mencionado anteriormente. Chamo a atenção para que isso só foi possível graças à confiança dos países latino-americanos que a produção de alimentos é seu destino, exportado diretamente para esses países industriais.

A oferta mundial de alimentos, que a América Latina contribuiu para criar, e que alcançou seu auge a partir da segunda metade do século 19, será um elemento decisivo para que os países industriais confiem ao comércio exterior a atenção de suas necessidades de meios de subsistência (MARINI, 2011, p. 140).

Pelo fato da produção dos países latinos, nesse momento, terem o foco voltado à produção de alimentos e minerais, Marini (2011) vai chamar este processo de troca desigual, que seria a transação entre nações que trocam diferentes produtos com valores diferentes. Por exemplo, o país A produziu uma máquina de última geração, enquanto o país B produz arroz. O país A cobra valores superiores ao valor da máquina, pelo simples fato de que o país B não consegue produzir o mesmo equipamento, ou tem dificuldades para tal. Para compensar o prejuízo dessa troca, os trabalhadores do país B, que geralmente são dos países latinos, vão ter que trabalhar dobrado, vão sofrer uma elevação no nível de exploração para compensar esse desfalque realizado na troca.

O que aparece claramente, portanto, é que as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 2011, p. 146-147).

Essa ampliação do trabalho para compensar a perda sofrida durante a troca é o que Marini vai chamar de *superexploração da força de trabalho*, que é a ampliação da exploração sofrida pelo trabalhador, seja através da ampliação de sua jornada de trabalho, sem sofrer um reajuste salarial, seja através do incremento de tecnologias que o façam produzir mais e que igualmente à primeira forma, não modificam o seu salário.

Marini (2011) destaca três mecanismos que caracterizam essa superexploração e os aspectos negativos que elas carregam, ao não permitirem que o trabalhador usufrua dos produtos produzidos, além de alguns casos não conseguir acesso a bens que sirvam para a sua sobrevivência.

[...] a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. [...] Além disso, importa assinalar que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que são negadas ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque lhe é obrigatório um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando assim seu esgotamento prematuro; no último, porque lhe é retirada inclusive a possibilidade de consumo do estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal (MARINI, 2011, p. 149-150).

Em declarações do ex-presidente brasileiro Jair Bolsonaro, quando este ainda estava no cargo, foi dito que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo, o que deveria ser algo positivo para o brasileiro. Contudo, dentro dessa lógica capitalista, como abordado acima, a produção dos países latinos não tem como objetivo central o consumo interno e sim a exportação. Como já mencionado, essa característica da produção não é de hoje, foi construída socialmente e é por esse aspecto que apesar do Brasil ser um dos maiores produtores de alimento do mundo, existem brasileiros que passam fome ou sofrem de insegurança alimentar.

Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização (MARINI, 2011, p. 155).

Como afirmou Karl Marx (2011, p. 25),

Em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa.

Bom, nos períodos históricos vivenciados pelos autores, podemos dizer que seria a tragédia desses fatos e atualmente a farsa. Mesmo com a evolução humana e o desenvolvimento de tecnologias, ainda existem grandes problemas de cunho social e que em sua maioria teriam soluções. É verdade que apenas esses autores não são suficientes para compreender os problemas que existem no mundo contemporâneo. Contudo, os apontamentos realizados por eles ainda estão presentes nos dias de hoje e são de fundamental importância, como trazido acima. Enquanto o modelo de produção capitalista estiver em operação no mundo, os problemas centrais irão existir

e o Estado, como veremos a seguir, tenta se reorganizar, para lidar com as medidas impostas por esse sistema, na tentativa de amenizar os impactos criados pelo próprio sistema capitalista e garantir a reprodução de seu processo de acumulação.

2.3 O imperialismo nos clássicos do Serviço Social

Com relação às obras da área do Serviço Social que conjugam análises sobre a constituição histórica da profissão e o capitalismo monopolista e financeirizado no Brasil, desde sua gênese até o período contemporâneo, alguns capítulos selecionados dos textos de José Paulo Netto (2011; 2015) e Marilda Iamamoto (2007), auxiliarão nessa apreensão.

Em *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, José Paulo Netto (2011) evidencia a gênese da intervenção estatal com o advento do capitalismo monopolista. Durante este estágio monopolista acontece uma refuncionalização do Estado, onde ocorre a fusão das funções econômicas e políticas, o que permite o combate às refrações da “questão social”¹ de maneira individualizada na tentativa de culpar o usuário e não criticar o modelo produtivo.

Nesse cenário, que o Estado é dominado pela lógica imperialista, segundo Netto (2011), “[...] vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista”, tornando-se um garantidor dos superlucros capitalistas e atuando na mesma medida como um controle social.

[...] o Estado - como instância da política econômica do monopólio - é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (NETTO, 2011, p. 27).

O capitalismo contribuiu para a ampliação do exército industrial de reserva, graças ao avanço tecnológico e as novas formas de trabalho. Segundo Netto (2011,

¹ Para Netto (2001), a chamada “questão social” está diretamente ligada ao modo de produção capitalista e suas contradições inerentes deste modelo produtivo.

p. 25), “[...] o eixo de intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios - e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha múltiplas funções”. Como por exemplo as funções econômicas diretas e indiretas, que atuam na garantia dos lucros.

Com a institucionalização do capitalismo monopolista, é permitido que o Estado modifique o trato com a “questão social”, sendo enfrentada como política pública, a partir desse momento histórico. “É só a partir da concretização das possibilidades econômicas-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variáveis do jogo de forças políticas) que a ‘questão social’ se põe como alvo de políticas sociais” (NETTO, 2011, p. 29). A política social surge, nesse contexto, como uma forma de controle, para amenizar revoltas e manter a classe trabalhadora “pronta” para inserção no mercado de trabalho, ou seja, trata de “cuidar” de forma precária de parte da população, para que eles ampliem o exército industrial de reserva.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2011, p. 30).

O investimento em mão de obra e criação de escolas profissionalizantes² possui um interesse duplo, na mesma medida que capacita o profissional para atuação profissional, produz em consequência o exército industrial de reserva, além de fornecer um profissional apto para atuação sem que as grandes empresas tenham gastos com a sua formação.

As políticas educacionais (muito especialmente as dirigidas para o trabalho, de cunho “profissionalizante”) e os programas de qualificação técnico-científica (vinculados aos grandes projetos de investigação e pesquisa) oferecem ao capital monopolista recursos humanos cuja socialização elementar é feita à custo do conjunto da sociedade (Carnoy e Levin, 1987) (NETTO, 2011, p. 31).

O Estado, por sua vez, com medidas paliativas no trato da “questão social”, não pode ligá-la com a sua real causa, por isso tende a tratá-la de maneira isolada, fragmentada e setORIZADA, sempre que possível culpabilizando o indivíduo.

[...] a intervenção estatal sobre a “questão social” se realiza, com características que já anotamos, fragmentado-a e parcializado-a. E não pode

² Esse movimento é característico do Estado, sob a lógica monopolista. No ano de 2011, o governo criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) BRASIL. Lei nº 12.513.

ser de outro modo: tomar a “questão social” como problemática configuradora de uma totalidade processual específica é remetê-la concretamente à relação capital/trabalho - o que significa, liminarmente, colocar em xeque a ordem burguesa (NETTO, 2011, p. 32).

Tal intervenção do Estado, de maneira desassociada da raiz do problema, não para por aí, existe a psicologização do indivíduo, em que a culpa da sua situação é imputada exclusivamente ao mesmo, e que o sistema e o Estado se desresponsabiliza da situação, ou seja, a culpabilização dos indivíduos, e que a solução de seus problemas seria através da “moral e dos bons costumes”. Para Netto (2011, p. 45):

A rota da psicologização passa, num primeiro momento, pela determinação da problemática da “questão social” como sendo externa às instituições da sociedade burguesa - ela deriva não das suas dinâmica e estrutura, mas de um conjunto de dilemas mentais e morais.

A partir da instauração do capitalismo monopolista, quando ocorre a fusão das funções econômicas e políticas do Estado, cria-se a necessidade de políticas que atendam a parcela de pessoas que não estejam inseridas no mercado de trabalho, com o intuito de controlar, amenizar as possíveis revoltas e “cuidar” daquela força de trabalho ociosa. Para ampliar o seu exército industrial de reserva, cria-se, então, de maneira mais efetiva as políticas públicas que visam atender as necessidades da classe trabalhadora, mas, principalmente atendem ao interesse de acumulação do capitalismo em sua fase monopolista/imperialista. Diferente do que acontecia anteriormente, quando as ações eram pontuais e aconteciam apenas quando existia uma revolta por parte da classe trabalhadora.

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da “questão social” de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformada pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes (NETTO, 2011, p. 30).

Os trabalhadores, por sua vez, através de longos períodos conseguem moldar as suas principais ferramentas de “combate” ao capitalismo, momentos antes da Primeira Guerra Mundial, sendo esses o sindicato e o partido proletário.

Inicia-se então um largo processo, que só estará consolidado às vésperas da Primeira Guerra Mundial, pelo qual a classe operária urbana vai elaborar os seus dois principais instrumentos de intervenção sócio-política, o sindicato e o partido proletário (NETTO, 2011, p. 55).

Atualmente, essas forças já não são suficientes para o enfrentamento ao capital em seu estágio atual. Segundo David Harvey (2016, p. 12):

As forças da esquerda tradicional (partidos políticos e sindicatos) são nitidamente incapazes de configurar uma oposição sólida ao poder do capital. Há trinta anos elas são derrotadas pelos ataques ideológicos e políticos da direita, enquanto o socialismo democrático é desacreditado.

Contudo, no momento histórico de seu surgimento, essas ferramentas foram importantes para a conquista de diversos direitos e fundamental para a mobilização da classe trabalhadora e do enfrentamento ao capitalismo, principalmente nas greves realizadas no século XX, até que se inicia-se o período de derrotas citadas acima.

Além dessa análise genética, o mesmo autor (NETTO, 2015) identifica em outra obra (*Ditadura e Serviço Social*) os desdobramentos do processo da contrarrevolução preventiva que foi empreendida com a ditadura civil-militar no Brasil dos anos 1960. Em um contexto de Guerra Fria travada entre a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos, se inicia na América Latina um processo de quebra dos sistemas políticos existentes nesses países. A intervenção nos Estados nacionais, que passam a ser controlados por militares, se dá através de golpes militares e/ou civil-militar (como no caso brasileiro), sob influência dos Estados Unidos.

Segundo Netto (2015, p. 31), essa contrarrevolução possuía três pilares:

A finalidade da contrarrevolução preventiva era tríplice, com seus objetivos particulares íntima e necessariamente vinculados: adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro do inter-relacionamento econômico capitalista, marcado por um ritmo e uma profundidade maiores da internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas sociopolíticos habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista; e, enfim, dinamizar em todos os quadrantes as tendências que podem ser catalisadas contra a revolução e o socialismo.

Podemos dizer que o plano da contrarrevolução foi um sucesso, devido a instalação dos governos ditatoriais, a repressão por eles exercidas, a neutralização dos movimentos sociais por um certo tempo e por conseguir realizar a inserção desses países no novo modelo produtivo, concretizando, de fato, a América Latina como um continente de capitalismo dependente. No caso do Brasil, com a função de exportação de alimentos, minerais e outros produtos naturais, se consolida, sem a perspectiva de um avanço industrial ou tecnológico que consiga competir com os países imperialistas.

É sempre um avanço controlado, limitado e que atende aos interesses e necessidades das multinacionais e dos países imperialistas.

[...] mostra-se nítidos a partir da segunda metade da década de 1960: a afirmação de um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, com uma nova integração, mais dependente, ao sistema capitalista; a articulação de estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos; e um discurso oficial (bem como uma prática policial-militar) zoológicamente anticomunista (NETTO, 2015, p. 31).

Apesar das afirmações de que o golpe de 1964 foi uma maneira de prevenir uma revolução comunista iminente no Brasil e salvar a pátria, não é o que aconteceu de fato. Tendo seu verdadeiro motivo ligado a adequação do Brasil no novo sistema capitalista que entrava em vigor.

Do nosso ponto de vista, esta emersão não colocava em xeque, imediatamente, a ordem capitalista: colocava em questão a modalidade específica que, em termos econômico-sociais e políticos, o desenvolvimento capitalista tomara no país. Vale dizer: a ampla mobilização de setores democráticos e populares, que encontrava ressonância em várias instâncias do aparelho estatal, não caracterizava um quadro pré-revolucionário (NETTO, 2015, p. 38).

A organização realizada pelo Estado, pós golpe militar, aprofundou a exclusão popular e atuou na garantia do desenvolvimento do capitalismo dependente, tendo um duplo papel, em que repassa o lucro para os monopólios e controla os problemas sociais de maneira isolada, através de políticas públicas. Enquanto o capital nacional se ajoelha perante o capital estrangeiro, seja por opção ou por não conseguir competir.

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a *reprodução do desenvolvimento dependente e associado*, assumindo quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e intersetoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não é infrequente que a coordenação se dê também por incapacidade para competir) (NETTO, 2015, p. 44 - grifos do autor).

Fica claro que os golpes militares ou civil-militar foram uma necessidade do capital, no sentido que a refuncionalização dos Estados ocorresse. Refuncionalização essa que ocorre pelas constantes alterações do capitalismo para manter suas taxas de lucros, para assegurar o desenvolvimento das potências e cadenciar os desenvolvimentos dos países emergentes, para que eles cumprissem com o seu papel e continuassem dependentes dos países imperialistas.

A outra referência que utilizamos aqui, Marilda Iamamoto (2011, p. 107), analisa o período histórico do que ela chama de “capital fetiche”, afirmando que “[...] a efetiva mundialização da ‘sociedade global’ é acionada pelos grandes grupos industriais transnacionais articulados ao mundo das finanças”. Nesse sentido, é graças ao processo de monopolização das indústrias, das fusões com os bancos como apontada por Lênin (2012), que foi possível essa “sociedade global”.

Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países; e, simultaneamente, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado, que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional (IAMAMOTO, 2011, p. 107).

Em seu novo estágio de desenvolvimento enfrentado pelo capitalismo, carrega novas relações, seja ela de trabalho, condições de vida, conformações do Estado, entre outras. Segundo Iamamoto (2011, p.108), “[...] a mundialização da economia está ancorada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de processos de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação e liberalização da economia”. Com o surgimento dessa mundialização, os domínios nacionais são reconfigurados, uma vez que se dá o surgimento de empresas transnacionais e não apenas locais, como em outros momentos históricos. Segundo Iamamoto (2011, p. 110), “[...] nesse novo estágio do desenvolvimento do capital redefinem-se as soberanias nacionais, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais”.

A partir desse momento, de financeirização, as relações de trabalho passam por uma nova configuração, ocorrendo a flexibilização, uma vez que o surgimento das empresas transnacionais surge e começa a explorar uma mão de obra inexplorada.

A transferência de riqueza entre classes e categorias sociais e entre países está na raiz do aumento do desemprego crônico, da precariedade das relações de trabalho, das exigências de contenção salarial, da chamada “flexibilidade” das condições e relações de trabalho, além do desmonte dos sistemas de proteção social. A desregulamentação, iniciada na esfera financeira, invade paulatinamente o conjunto do mercado de trabalho e todo o tecido social, na contratendência das manifestações do crescimento lento e da superprodução endêmica, que persiste ao longo dos anos 90 (IAMAMOTO, 2011, p. 111).

As reformas ocorridas no Estado brasileiro não aconteceram de maneira isolada, como alguns podem dizer, desde o golpe de 1964, que refuncionalizou o

Estado brasileiro para a garantia dos superlucros e para colocar o Brasil nos “eixos” da dependência. As reformas estatais estão ligadas diretamente ao interesse dos grandes capitais.

O que se pretende insinuar é que a mundialização financeira sob suas distintas vias de efetivação unifica, dentro de um mesmo movimento, processos que vêm sendo tratados pelos intelectuais como se fossem isolados ou autônomos: a “reforma” do Estado tida como específica da arena política (IAMAMOTO, 2011, p. 114).

Por mais que o capitalismo se modifique, as suas contradições não são superadas, até porque elas não são combatidas, logo quanto mais concentração de renda, mais pobreza gerada. Basta observar o crescimento de milionários/bilionários no Brasil atual e o nível de pobreza que o país atingiu, sendo que,

[...] a desigualdade entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, entre a expansão das forças produtivas e as relações sociais na formação capitalista [...] fazendo crescer a pobreza relativa à concentração e centralização do capital (IAMAMOTO, 2011, p. 129).

Na particularidade brasileira, a expansão do capitalismo em sua fase imperialista acontece pelo alto, com auxílio da burguesia brasileira que não se fez resistente às alterações exigidas pelos monopólios, desde que seu lucro estivesse assegurado. Do golpe de 1964, até o momento da redemocratização, a classe dominante alterou o funcionamento do Estado para atender aos seus interesses.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. [...] Foi decisivo o papel do Estado nos caminhos trilhados pela modernização “pelo alto”, em que as classes dominantes se antecipam às pressões populares, realizando mudanças para preservar a ordem (IAMAMOTO, 2011, p. 132).

Desde a invasão portuguesa, o Brasil é ligado à produção de recursos naturais, de matérias-primas. Na revolução burguesa local não seria diferente, tendo como protagonistas os proprietários de terras, que até os dias de hoje exercem influência nas decisões políticas do país.

A revolução burguesa no País nasceu marcada com o selo do mundo rural, sendo a classe dos proprietários de terra um de seus protagonistas. Foi a agricultura que viabilizou historicamente a acumulação de capital no âmbito do comércio e da indústria (IAMAMOTO, 2011, p. 136).

As marcas do desenvolvimento econômico brasileiro, destacando o campo industrial, se dão principalmente a avanços ligados à exploração dos recursos

minerais e naturais, ligados ao ramo produtivo do agronegócio, muito por conta dessa herança da burguesia nacional e do seu papel no ciclo produtivo do capitalismo em sua fase imperialista.

3. Imperialismo e capitalismo dependente na produção de conhecimento do Serviço Social em suas revistas especializadas

Neste capítulo, serão apresentados os resultados das análises quantitativas e qualitativas do presente trabalho. Onde são apresentados os artigos encontrados, os artigos que foram analisados e a discussão de maneira geral dos artigos.

A discussão, de maneira geral, se complementa uma com a outra, os artigos se completam. A discussão a respeito do capitalismo dependente aborda questões sobre o impacto da inserção dependente, enquanto os artigos que discutem o imperialismo, analisam a economia, as influências políticas exercidas pelos países imperialistas sobre os de capitalismo dependente da América Latina.

3.1 Análise quantitativa

A pesquisa buscou analisar quatro revistas da área de Serviço Social, sendo elas: *Serviço Social e Sociedade*, *Katálisis*, *Argumentum* e *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea*. O marco temporal escolhido foi entre 2011 a 2020, buscando identificar entre todos os artigos aqueles que se fundamentam por uma análise do local na divisão internacional de trabalho e o padrão de acumulação do território latino-americano.

Os artigos selecionados foram identificados a partir de um procedimento metodológico que se deu mediante a presença das palavras “imperialismo” e “capitalismo dependente”, no título, palavras-chave ou resumo. Sendo assim, alguns artigos não foram analisados por não constarem nenhuma das palavras-chave selecionadas nos critérios adotados dentro do trabalho.

Abaixo, é possível observar de maneira extensa e gráfica, os artigos encontrados a partir das palavras-chave utilizadas, separadas inicialmente por revistas, posteriormente por data representada em um gráfico, além de uma tabela identificando qual foi a palavra-chave encontrada no artigo em questão.

Foram encontrados um total de 20 artigos, somando as duas categorias, imperialismo e capitalismo dependente, além de conter um ensaio e um debate ligados à discussão do imperialismo.

Na revista *Katálysis* foram encontrados treze (13) artigos tendo como referências as categorias imperialismo e capitalismo dependente, sendo dez (10) sobre capitalismo dependente e três (3) sobre o imperialismo.

No ano de 2017 foi produzido apenas um (1) artigo sobre capitalismo dependente. No ano de 2018 foram produzidos cinco (5) artigos, sendo quatro (4) a respeito do capitalismo dependente e um (1) sobre imperialismo. No ano de 2019, foram produzidos apenas três (3) artigos, sendo dois (2) com a categoria capitalismo dependente e um (1) com imperialismo. No ano de 2020 foram produzidos 4 artigos, sendo três (3) sobre capitalismo dependente e um (1) sobre imperialismo.

No intervalo de tempo entre 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 não foi publicado nenhum artigo a respeito das categorias procuradas na revista *Katálysis*.

Na revista *Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea* foram encontrados três (3) artigos totais. Um (1) produzido no ano de 2013, a respeito do capitalismo dependente, dois (2) no ano de 2019, sendo um (1) sobre o capitalismo dependente e um (1) sobre o imperialismo. Durante os anos de 2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2020 não foram encontradas publicações a respeito das temáticas analisadas.

Na revista *Serviço Social e Sociedade* foram encontrados três (3) artigos totais. Um (1), publicado no ano de 2019, sobre o capitalismo dependente. Em 2020, uma (1) publicação sobre o capitalismo dependente e em 2014, uma (1) sobre o imperialismo. Durante os anos de 2011, 2012, 2013, 2015, 2016, 2017 e 2018 não foram realizadas publicações a respeito das temáticas analisadas.

Na revista *Argumentum* foram encontradas seis (6) publicações, quatro (4) artigos sobre o capitalismo dependente, um (1) ensaio sobre imperialismo e um (1) debate sobre o imperialismo. Foi a revista com mais diversidade de publicações entre os anos, com uma (1) publicação em 2012, sobre o imperialismo, uma (1) em 2013 sobre o capitalismo dependente, uma (1) em 2014, sobre o imperialismo, uma (1) em 2016 sobre o capitalismo dependente, uma (1) em 2017 sobre imperialismo e capitalismo dependente, e uma publicação no ano de 2020 sobre o capitalismo dependente. Nos anos de 2011, 2015, 2018 e 2019 não foram encontradas publicações a respeito das temáticas analisadas.

Somando todas as publicações, dentro das quatro revistas analisadas, o ano que mais aconteceram publicações de artigos a respeito do capitalismo dependente, foi o ano de 2020, com cinco (5) publicações a respeito do imperialismo, assim como

os anos de 2014 e 2019, com 2 publicações em cada ano. De maneira geral, o ano com mais publicações aconteceu no de 2019, com 6 publicações, tendo os anos de 2011 e 2015, empatados como os anos de menos publicações a respeito do capitalismo dependente e imperialismo, em que nenhuma publicação foi realizada.

Abaixo uma tabela dos artigos encontrados sobre as temáticas capitalismo dependente e imperialismo, nas quatro revistas analisadas.

Tabela 1 - Registro dos artigos encontrados

Título do artigo	Ano de publicação	Revista	Autor(es)	Palavra-chave
Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes	2017	Katálysis	Kátia Regina de Souza Lima	Capitalismo dependente
Neokeynesianismo e neodesenvolvimentismo: expressões ideológicas do Estado neoliberal	2018	Katálysis	Vanda Micheli Burginski	Capitalismo dependente
Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha	2018	Katálysis	Cristiane Luíza Sabino de Souza	Capitalismo dependente
Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo	2018	Katálysis	Morena Gomes Marques	Capitalismo dependente
Método, ideologia e Estado: aproximações a partir do legado de Marx	2018	Katálysis	Davi Machado Perez	Capitalismo dependente
Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil	2019	Katálysis	Fernanda Kilfuff, Mossicléia Mendes da Silva	Capitalismo dependente

Emancipação política e a luta pelo direito à cidade	2019	Katálysis	Ada Kallyne Sousa Lopes	Capitalismo dependente
Reforma psiquiátrica e a dependência brasileira: entre o arcaico e o moderno	2020	Katálysis	Daniel Figueiredo de Almeida Alves, Áquilas Mendes, Leonardo Carnut, Oziris Simões	Capitalismo dependente
A inovação-restauração das formas democrático-burguesas como característica da revolução passiva no Brasil	2020	Katálysis	Cláudia Maria Costa Gomes, Ana Karoline Nogueira de Souza	Capitalismo dependente
Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes	2020	Katálysis	Diego de Oliveira Souza, Ana Maria Moura Araujo	Capitalismo dependente
O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência	2018	Katálysis	Glauber Lopes Xavier	Imperialismo
América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência	2019	Katálysis	Roberta Sperandio Traspadini	Imperialismo
O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI: uma nova guinada do mundo	2020	Katálysis	Beatriz Augusto de Paiva, Elaine Jussara Tavares	Imperialismo

O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro	2013	Em pauta	Rodrigo Castelo	Capitalismo Dependente
As tramas sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras The social plots of the experience of street workers in Rio das Ostras	2019	Em pauta	Pollyana Luz Macedo da Silva	Capitalismo Dependente
Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”	2019	Em pauta	Kátia Lima	Imperialismo
Trabalhador com deficiência e Previdência Social	2019	Serviço Social e Sociedade	Alano do Carmo Macêdo, Thaynah Barros de Araújo	Capitalismo Dependente
Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro	2020	Serviço Social e Sociedade	Rodrigo Castelo, Vinicius Ribeiro, Guilherme de Rocamora Figueiredo da Silva	Capitalismo Dependente
Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos	2014	Serviço Social e Sociedade	Potyara Amazoneida P. Pereira, Marcos César Alves Siqueira	Imperialismo
A Solidão da Cidadania na América Latina: Estado e Materialização dos Direitos no Capitalismo Dependente do Século XXI	2013	Argumentum	Mirella Farias Rocha, Dilceane Carraro	Capitalismo Dependente

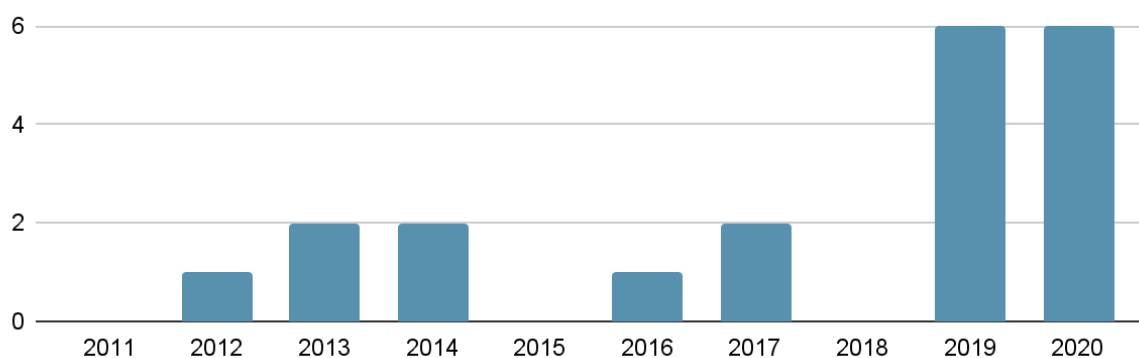
Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina	2016	Argumentum	Cristiane Luiza Sabino Souza	Capitalismo Dependente
Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro	2017	Argumentum	Glauber Lopes Xavier	Capitalismo Dependente e Imperialismo
Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas	2020	Argumentum	Silvana Marinho	Capitalismo Dependente
A situação política e a possibilidade da luta da classes nos EUA	2012	Argumentum	John Catalinotto	Imperialismo
A América Latina entre a cruz e a caldeira	2014	Argumentum	Luiz Jorge Vasconcellos P. de Mendonça	Imperialismo

Elaboração: própria.

No gráfico abaixo, é possível identificar a incidência anual dos artigos selecionados.

Gráfico 1 - Artigos encontrados.

Relação dos artigos de acordo com os anos de publicação



Elaboração: própria.

3.2 Uma análise qualitativa

Neste capítulo, serão apresentadas as referências bibliográficas utilizadas pelos artigos, através de tabelas, nas quais poderá ser possível observar as referências que os autores e autoras utilizaram para a construção de seus artigos, além de uma coluna que destaca as referências que foram utilizadas para a fundamentação deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

A maioria dos artigos encontrados utilizaram pelo menos uma referência teórica em comum, mas também utilizaram-se de autores que não foram trabalhados neste TCC, para complementarem seus argumentos.

Foram identificados artigos que não utilizaram nenhum dos autores base deste trabalho, para a sua fundamentação. A discussão realizada pelos artigos a respeito do imperialismo não está dissociada da discussão do capitalismo dependente, uma vez que tratam a respeito da inserção dos países latino americanos no sistema produtivo. É claro que, de maneira mais geral, sem se aprofundarem nas questões e peculiaridades que os países dependentes enfrentam.

Contudo, apresentam elementos políticos, como o fascismo pode ser utilizado como arma política pela burguesia para a defesa de seus lucros, mesmo dentro da lógica democrática, sendo o fascismo uma arma para os momentos de crise. A superexploração do trabalho e perda de direitos sociais duramente conquistados, a necessidades de reforma agrária no Brasil e de como a contrarrevolução operou nos governos Lula e Dilma e posteriormente nos governos de Temer e Bolsonaro, num primeiro momento com um caráter de conciliação de classes e num segundo com um caráter mais ofensivo em relação aos ataques nos direitos. A ofensiva aos direitos e o ataque à universidade pública, que tem como objetivo a precarização do ensino e consequentemente com o avanço do científico brasileiro, sendo ele social, tecnológico ou de outra natureza. A função econômica de caráter histórico, sobre o muralismo mexicano, onde é tratada a história do movimento e sua importância para o reconhecimento da história mexicana.

Abaixo é apresentado uma tabela que identifica a fundamentação utilizada nos artigos que discutem sobre o imperialismo, destacando as fundamentações utilizadas neste trabalho de conclusão de curso e que foram trabalhadas em cada artigo.

Tabela 2 - comparação entre referencial teórico utilizado em cada artigo a respeito do imperialismo

Título do artigo	Autores utilizados	Autores em comum
Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro:	Vânia Bamberra, Nikolai Bukharin, Antonio Barros de Castro, Carlos Francisco Lessa, Virginia Fontes, Karl Marx, André Gunder Frank, Celso Furtado, Rudolf Hilferding, John Atkinson Hobson, Michal Kalecki, Orlando Caputo Leiva, Vladimir Ilitch Lenin, Rosa Luxemburgo, Ruy Mauro Marini, Jaime Osório, Theotonio Santos, Leon Trotsky, Adrián Sotelo Valencia, Glauber Lopes Xavier.	Ruy Mauro Marini.
América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência	Cecilia Maria de Moraes Machado Angileli, Fernando Báez, Vânia Bamberra, Bolivar Echeverria, Eric Michael Esquivel, Jacob Gorender, David Harvey, Che Guevara, Alberto Híjar Serrano, Carlos Walter Porto-Gonçalves, Mauro Iasi, Michael Löwy, Herbert Marcuse, Rui Mauro Marini, Erminia Maricato, Humberto Musacchio, Ivana Jinkings, Milton Santos e Bertha Becker, Eduardo Subirars, Roberta Traspadini e João Pedro Stedile	Rui Mauro Marini.

Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”	Ricardo Antunes, Florestan Fernandes, Edmundo Fernandes Dias, Kátia Regina de Souza Lima, Lalo Watanabe Minto, Rayane Dayse da Silva Oliveira, Erika Oliveira Maia Batalha, Plínio de Arruda Sampaio Jr, Vivian Domínguez Ugá	Florestan Fernandes.
O confronto de projetos societários na América Latina no Século XXI: uma nova guinada do mundo?	Theodor Ludwig Wiesengrund-Adorno, Danilo Carneiro, Florestan Fernandes. Michael Löwy, Rosa Luxemburgo, Ana Maria, István Mészáros, Nildo Domingos Ouriques, Vladimir Ilitch Lenin, Pier Paolo Pasolini, James Petras, Theotônio dos Santos, Ludovico Silva, Elaine Tavares, Elaine Jussara Tomazzoni Tavares, Ruy Mauro Marini.	Florestan Fernandes, Vladimir Ilitch Lenin, Ruy Mauro Marini.
O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência	Antonio Carlos Barão, Marcelo Dias Carcanholo, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Carla Ferreira, Jaime Osório, Mathias Luce, Andre Gunder Frank, Karl Kautsky, Rosa Luxemburgo, Theotônio dos Santos, Vladimir Ilitch Lenin, Adrián Sotelo Valencia, Leon Trotsky, Ruy Mauro Marini.	Vladimir Ilitch Lenin, Ruy Mauro Marini.

<p>Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos</p>	<p>Jorge Luis Acanda, José Augusto Lindgren Alves, Jean-Claude Barbier, Atílio Borón, Paul de Bruyne, José Murilo de Carvalho, Noam Chomsky, Hartley Dean, Ian Gough, David Harvey, Otávio Ianni, Bob Jessop, Tony Judt, José de Souza Martins, István Mészáros, Peter R. Motchell e John Schoeffel, Luis Moreno, Potyara Amazoneida Pereira Pereira, José Martinez Pisón, Ignacio Ramonet, Emir Sader, Loic wacquant</p>	<p>Nenhum autor em comum.</p>
---	---	-------------------------------

Elaboração: própria

Sobre o capitalismo dependente, as discussões aparecem um pouco mais presente no cotidiano da vida social, das pessoas que vivem na América Latina, a realidade material enfrentada pelos povos, a precarização do trabalho e da saúde, a superexploração, a troca desigual para compensar os lucros, entre outros aspectos latentes da vida. É apresentado os moldes com a qual foi realizada a inserção da América Latina no mercado internacional, visando atender as necessidades dos países de capitalismo central e do motivo pelo qual a superação da dependência é uma tarefa difícil por parte dos países latino-americanos, principalmente por conta da sua burguesia e da influência externa existente nos países latinos.

Abaixo é possível visualizar referências utilizadas pelos autores dos artigos encontrados, identificando os autores que foram trabalhados neste TCC.

Tabela 3 - comparação entre referencial teórico utilizado em cada artigo a respeito do Capitalismo Dependente

Título do artigo	Autores utilizados	Autores em comum
Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina	Elaine Rossetti Behring, Ivanete Salete Boschetti, Ana Elizabete Mota, Florestan Fernandes, Vladimir Lenin, Ernest Mandel, Ruy Mauro Marini, Karl Marx, José Paulo Netto, Jaime Osorio, Nildo Ouriques, Evilásio Salvador, Beatriz Augusto de Paiva.	Florestan Fernandes, Vladimir Lenin, Ruy Mauro Marini, José Paulo Netto.

<p>As tramas sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras</p>	<p>Maria Aparecida Alves, Maria Augusta Tavares, Paulo Eduardo de Andrade Baltar, Alexandre de Freitas Barbosa, Maria Cristina Cacciamali, Adalberto Moreira de Cardoso, José Murilo de Carvalho, Antonia de Lourdes Colbari, Angela De Castro Gomes, Maria de Fátima Cabral Marques Gomes, Lúcio Kowarick, Lilia Montali, José Paulo Netto, E. P. Thompson, Luiz Werneck Vianna.</p>	<p>José Paulo Netto.</p>
<p>Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes</p>	<p>Florestan Fernandes, Julio Jacobo Waiselfisz</p>	<p>Florestan Fernandes.</p>
<p>Emancipação política e a luta pelo direito à cidade</p>	<p>Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Karl Marx, Jaime Osório, Felipe Demier, Clóvis Moura</p>	<p>Florestan Fernandes.</p>

<p>Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha</p>	<p>Armando Bartra, Guilherme Costa Delgado, Florestan Fernandes, David Harvey, Ernest Mandel, Ruy Mauro Marini, Andre Gunder Frank, Karl Kautsky, Ana Carolina Gonçalves Leite, George Martine, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, Aurélio Silby Tadeu Martins George Abner, Maria Aparecida de Moraes Silva, Marilda Aparecida Menezes, João Pedro Stedile, Roberta Sperandio Traspadini, Andréa Zhouri Marcos Cristiano Zucarelli</p>	<p>Florestan Fernandes, Ruy Mauro Marini.</p>
<p>Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo</p>	<p>Jadir Antunes, Elizeu Serra de Araujo, José Chasin, Florestan Fernandes, Mauro Iasi, Ruy Mauro Marini, Morena Gomes Marques, Alexandro Martello, Karl Marx, José Paulo Netto, Jaime Osorio, Caio Prado Junior, Julio Jacobo Waiselfisz, Marcio Pochmann</p>	<p>Florestan Fernandes, José Paulo Netto, Ruy Mauro Marini.</p>

<p>O canto da seria: social- liberalismo, novo desenvolviment ismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro.</p>	<p>Perry Anderson, Marcio Beck, Elaine Rossetti Behring, Juliana Fiuza Cislighi, Rodrigo Castelo, Ivanete Boschetti, Bueno, Fábio Marvulle Seabra, Raphael Lana, Baruco, Grasiela Cristina da Cunha, Rodrigo Castelo, Carlos Nelson coutinho, Marcelo Braz, Eurelino Coelho, Emir Sader, Luiz Filgueiras, Elizabeth Oliveira, Virgínia fontes, Pedro Cezar Dutra Fonseca, André Moreira Cunha, Julimar da Silva Bichara, Ana Garcia, Luis Fernando Novoa Garzon, Reinaldo Gonçalves, David Harvey, Otávio Ianni, Mauro Iasi, Ernest Mandel, Ruy Mauro Marini, Mathias Seibel Luce, Ana Elizabete Mota, Aguinaldo Novo, Francisco de Oliveira, Marco Antonio Martins da Rocha, Evilásio Salvador, Carlos Tautz, Felipe Siston, João Roberto Lopes Pinto, Luciana Badin, Martha Beck, Raúl Zibechi</p>	<p>Ruy Mauro Marini.</p>
---	--	--------------------------

<p>A inovação-restauração das formas democráticas como característica da revolução passiva no Brasil</p>	<p>Luciana Aliaga, José Aricó, Joanildo Burity, Maria Elisa Cevalco, Carlos Alberto Bello, Ruy Braga, Cibele Saliba Rizek, Wolfgang Leo Maar, André Singer, Isabel Loureiro, Leonardo Mello e Silva, Carlos Nelson Coutinho, Del Roio, Felipe Demier, Boris Gausto, Florestan Fernandes, Antonio Gramsci. Claudia Gomes, Marilda Iamamoto, Raul de Carvalho, Octávio Ianni, Mauro Iasi, Hélio Jaguaribe, Guido Liguori, Pasquale Voza, Vladimir Lenin, Karl Marx, Marcos Nobre, Francisco de Oliveira, Roberto Schwarz, Alfred Stepan, Nelson Werneck Sodré, Ana Souza, Karoline Nogueira, Claudia Gomes, Léon Trotski, Slavoj Zizek, Luís Werneck Vianna, Caio Navarro de Toledo</p>	<p>Florestan Fernandes, Vladimir Lenin.</p>
<p>Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes</p>	<p>Giovanni Berlinguer, Jaime Breilh, José Tarcísio Penteado Buschinelli, José Chasin, Renato Perim Colistete, Erivelton Fontana de Laat, György Lukács, G. Maccacaro, Basaglia Franco, Elio Giovannini, Agostino Pirella, Karl Marx, Diego de Oliveira Souza, Ana Inês Simões Cardoso de Melo, Roberta Traspadini, João Pedro, Jaime Osorio, Ruy Mauro Marini, Lúcio verçoza</p>	<p>Ruy Mauro Marini.</p>

<p>Mulheres trans, violência de gênero e a caça às bruxas permanente</p>	<p>Suely Souza de Almeida, Ricardo Antunes, Graça Druck, Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira, Berenice Bento, Judith Butler, Leila Dumaresq, Silvia Federici, David Harvey, Helena Hirata, Jaqueline Gomes de Jesus, Jorge Leite Junior, Silvana Marinho, Guilherme Silva de Almeida, Martinelli, A, Francisco de Oliveira, Izadora Paula, Amara Moira Rodovalho, Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, Maria Carmelita Yazbek, Rita Laura Segato.</p>	<p>Nenhum autor em comum.</p>
<p>Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro</p>	<p>Luiz Hardman, José Roberto Amaral Lapa, Maria Barbara Levy, Eulália Lobo, Mathias Seibel Luce, Cesare Luporini, Rafael Marquese, Dale Tomich, Karl Marx, Marcelo Badaró Mattos, Hildete Pereira de Melo, Adilson de Oliveira, Clovis Moura, José Paulo Netto, Floriano Oliveira, Jaime Osório, Caio Prado Junior, Robson Dias Silva, Roberto Cezar Rosendo Saraiva Silva, Ailton Mota de Carvalho, Luiz Carlos Soares, Nelson Werneck, Moisés Vinhas, Eric Williams Felipe Alencastro, Carlos Assadourian, Boris Fausto, Florestan Fernandes, Décio Freitas, Jacob</p>	<p>Florestan Fernandes.</p>

<p>Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil</p>	<p>Sérgio Adorno, Ricardo Antunes, Nilo Batista, Zygmunt Bauman, Roberto Bergalli, Atilio A. Boron, Andrea Vlahusic, Tereza Campello, Tiago Falcão E Patricia Vieira Da Costa, Jorge Abrahão de Castro, José Celso Pereira Cardoso Jr, Ana Paula Motta Costa, Mariam Krenzinger A. Guindani, David Harvey, Maria Lúcia Karam, Julita Lemgruber, Cézár Henrique Miranda Coelho Maranhão, Karl Marx, Fredirch Engels, Ana Paula Ornellas Mauriel, Douglas Mendosa, Ana Elizabete Mota, José Paulo Netto, Marina Rossi, Georg Rusche, Otto Kirchheimer, José Adaumir da silva, Mossicléia Mendes da Silva, Loic Wacquant, Eugenio Raúl Zaffaroni.</p>	<p>José Paulo Netto.</p>
<p>Trabalhador com deficiência e Previdência Social:</p>	<p>François Chesnais, Florestan Fernandes, Ernest Mandel, Karl Marx, Friedrich Engels, Caio Prado Jr., Antônio Flávio Pierucci, Marcelo Riberto, Ricardo lara, jaime hillesheim, ana cristina franzoi</p>	<p>Florestan Fernandes.</p>
<p>A Solidão da Cidadania na América Latina:</p>	<p>Haroldo Abreu, Paul Alexander Baran, Paul Sweezy, Martha beck, Atílio Boron, Marcelo Dias Carcanholo, Augustín Cueva, Hans Heinz Holz, Leo Kofler, Wolfgang Abendroth, Gyorgy Lukács, Ruy Mauro Marini, Thomas humphrey Marshall, Karl Marx, Jaime Osório, Nildo Ouriques, Darcy Ribeiro, René Zavaleta Mercado</p>	<p>Nenhum autor em comum.</p>

Elaboração: própria.

3.3 Análises de artigos selecionados

Devido o curto tempo para realizar a análise dos 20 artigos, foi definido uma análise que correspondesse a 25% do material encontrado, sendo assim, 5 artigos que discutem o imperialismo e/ou capitalismo dependente, selecionados pelo autor desta monografia, levando em consideração elementos expostos pelos artigos que complementam a fundamentação escolhida, expondo algumas características mais recentes da produção e sua inserção, bem como os impactos em setores da política e saúde. Serão abordados dois artigos, que foram produzidos por outras áreas do conhecimento, e três, de produção da área do Serviço Social (assistentes sociais). Poderemos observar que a discussão marxista, felizmente, não se limita apenas ao Serviço Social, tendo produções importantes em outras áreas do conhecimento. Os dois primeiros artigos abaixo analisados, são do campo de produção das ciências econômicas.

O primeiro artigo analisado é: *O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência*, escrito pelo economista Glauber Lopes Xavier (2018), publicado pela revista *Katálysis*. Os autores utilizados pelo autor, bem como para a fundamentação da produção deste TCC, foram os autores Vladimir Ilitch Lenin e Ruy Mauro Marini.

O autor inicia o texto realizando alguns apontamentos a respeito do imperialismo, tendo como base a Teoria Marxista da Dependência (TMD), a partir do conceito de Marini e de outros escritores da América Latina, como Theotônio dos Santos. A crítica ao imperialismo, ou ao termo imperialismo, para Xavier (2018, p. 388),

[...] consiste, sobretudo, num fenômeno de ordem política, mas não a política que se limita às decisões de determinados países e suas respectivas elites (hoje elites transacionais conforme o próprio movimento dos capitais que detém). Ele é um conceito, produto de um fenômeno político, naquilo que este reserva enquanto ação, ou seja, poder.

O autor defende a ideia de um novo imperialismo, diferente do clássico, descrito neste TCC, no qual teve como ponto de partida a fundamentação leninista, em que tem influência determinante do capital financeiro, envolvendo sua expansão e consolidação. O novo imperialismo seria uma versão “atualizada” do imperialismo clássico, contendo novas características e atuando diretamente nas economias

periféricas, precarizando cada vez mais o modo de vida da população dos países dependentes. Além disso, expõe que as críticas realizadas ao fenômeno do imperialismo, em sua maioria, são realizadas pela não compreensão do sistema como um todo, tendo análises superficiais ou de maneiras isoladas da realidade e dos processos históricos.

O novo imperialismo, o que o torna consideravelmente mais complexo que o imperialismo clássico, tem seus vetores de ação em movimento num contexto de supremacia do capital fictício, um contexto de expansão dos mercados sem precedentes e de dispersão do poder político e econômico para novos países do globo [...]. O novo imperialismo tem resultado, nas economias periféricas (América Latina, Ásia, África e outras parcelas do globo) em ampliação da pobreza e da miséria, perda de alguns direitos que foram duramente conquistados, bem como precarização das condições de trabalho. Seus críticos, os críticos da terminologia imperialismo (exatamente por isso para eles o conceito é reduzido a um termo), são incapazes de ter essa compreensão (XAVIER, 2018. p. 388).

Um dos principais efeitos desse novo imperialismo seria o impacto produtivo nos países latino-americanos, dando origem a superexploração do trabalho, a ampliação da precariedade de vida das pessoas, entre outros fenômenos. Essa reorganização produtiva não acontece por acaso, a partir das quedas da taxa de lucro, devido ao fim da chamada “era de ouro” do capitalismo. Reformas e alternativas de produção se tornaram necessárias, para que a taxa de lucro voltasse a subir, ou se mantivesse estável.

[...] durante a década de 1990 e início do novo século, as economias latino-americanas passaram por reformas profundas, oriundas do neoliberalismo, que aprofundaram as desigualdades em seus territórios. Tais reformas foram perpetradas consoante as demandas do grande capital, predominantemente o capital ligadas às finanças, o que provocou “a desregulação do trabalho, a implementação da flexibilidade do trabalho e, finalmente, o fenômeno conhecido é detectado pelos trabalhadores e estudiosos de perspectiva crítica concernente à precarização do trabalho”. (SOTELO VALENCIA, 2009, p.119-120 apud XAVIER, 2018, p. 389).

Xavier utiliza como referencial teórico, para explicar a função do Brasil na lógica produtiva do capitalismo, o livro “A dialética da dependência” de Ruy Mauro Marini, para expor o problema embutido na sociedade brasileira, ligada ao seu desenvolvimento industrial e qual a real função do Brasil, no sistema produtivo global.

[...] Marini deslindou o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil. Ao ocupar-se do movimento dialético da economia brasileira, Marini demonstrou que a debilidade de sua indústria resultava de um modelo cujo processo de industrialização encontrava-se subordinado aos ditames impostos pela divisão internacional do trabalho conforme os interesses das economias centrais. Ao tocar nesse problema, Marini demonstrou, com base no caso brasileiro, como o processo de industrialização nas principais economias latino-americanas ensejou a manutenção, senão o recrudescimento, da

dependência com relação às principais economias mundiais, especialmente a norte-americana (XAVIER, 2018, p. 389).

Como mencionado anteriormente, as críticas acerca da categoria do imperialismo não realizam as análises da realidade, ou ignoram de maneira proposital. Como demonstra Xavier, a respeito das críticas realizadas por Fernando Henrique Cardoso (FHC), aos escritos de Ruy Mauro Marino:

Cardoso, em sua obra *Autoritarismo e democratização*, realiza várias críticas aos escritos de Ruy Mauro Marini sobre o caráter subdesenvolvido das economias latino-americanas. Ao apontar os supostos equívocos das teses, Cardoso afirma que a crença de que o desenvolvimento do capitalismo na periferia seria inviável é produto de uma ideologia herdeira da ideologia narodnik (populismo russo). Afirma que as contradições são inerentes ao desenvolvimento do capitalismo e não constituiriam, portanto, empecilho ao seu desenvolvimento na periferia (CARDOSO, 1975). A contestação de Cardoso é, por seu turno, altamente carregada de ideologia, uma vez que não problematiza o fenômeno do imperialismo e parte da premissa de que o desenvolvimento seria impossível a despeito da dinâmica desigual e combinada da acumulação capitalista no seio dos territórios (XAVIER, 2018, p. 390).

Como a lógica produtiva brasileira possui um lugar bem definido na categoria da produção global, sendo um país exportador de matéria-prima, nesse sentido a defesa de que existiria uma concorrência entre os trabalhadores é equivocada, existindo, na verdade a formação e ampliação cada vez maior do exército industrial de reserva.

Cardoso não compreendia as razões pelas quais as relações de trabalho na periferia comportam a superexploração, ao menos em determinados setores da atividade econômica. Esta, ao contrário do que afirma, não é produto de uma concorrência entre trabalhadores, mas produto da ausência de condições de razoável competição entre o capital nacional e o capital estrangeiro (XAVIER, 2018, p. 390-391).

Como o capital nacional é subordinado ao interesse internacional, as condições de trabalho da população da América Latina em certos setores produtivos são extremamente precárias, devido à superexploração existente, para que a garantia de lucro possa acontecer. Nesse sentido, visando a garantia de lucro, a própria produção interna do Brasil está dividida com o capital internacional, que por sua vez exporta produtos com uma base técnica para o Brasil, enquanto as empresas nacionais ficam por conta da extração de matérias-primas.

Rotunda prova do equívoco da tese de Cardoso consiste, ainda, na análise do subimperialismo que fora engendrado na economia brasileira durante a ditadura militar. Em termos econômicos, o subimperialismo consistia na integração de mercados com o propósito de se escoar parte da produção de bens de consumo leves ou mesmo duráveis que encontrava, internamente,

insuficiente demanda para seu consumo. Isto de algum modo solucionava o conflito entre a burguesia nacional e a burguesia estrangeira. Enquanto a primeira dedicava-se fundamentalmente aos setores de bens de consumo, por vezes com alguma incorporação técnica (bebidas, alimentícios, setor têxtil, mobiliário, calçados, couro), a segunda obtinha seus lucros nos setores com considerável base técnica (mecânica, metalurgia, elétrica, química) (MARINI, 2014). (XAVIER, 2018, p. 391).

O autor finaliza sua crítica à FHC, no qual afirma que as análises feitas por ele são superficiais, justamente por não abordarem todas as condições materiais no ramo da produção.

Ao desprezar a esfera da produção de mercadorias, Cardoso não apenas incorre em superficiais análises da economia, como também, e exatamente por isso, cria uma explicação insuficiente para a política e a dinâmica das classes sociais no contexto em estudo. Afirma que uma burguesia burocrática teria sido engendrada nos países, segundo ele, submetidos a regimes autoritário-burocráticos, terminologia que resolveu adotar no lugar de fascismo (XAVIER, 2018, p. 391).

Ao final do artigo realiza um apanhado geral, no qual descreve a inserção brasileira da produção brasileira e latino americana, como exportadores de *commodities* e da complexidade existente no novo imperialismo.

A alta dependência de exportação de produtos primários por parte das economias latino-americanas, associada às relações precárias de trabalho que demarcam a produção de commodities, além de outros fatores, tipifica o caráter periférico destas economias. O novo imperialismo, ensejado pelo capital transnacional, requer um esforço intelectual para sua compreensão. Sua complexidade reside no caráter da nova condição de dependência, considerando a inserção das economias latino-americanas nos circuitos do capital financeiro internacional (XAVIER, 2018, p. 392-393).

O autor afirma a importância da TMD. Segundo Xavier (2018, p. 393) “[...] Tem-se que a TMD prossegue atual e indispensável para a análise e apreensão do atual estágio de avanço do modo de produção capitalista e seus desdobramentos sobre as economias periféricas e, em particular, as economias latino-americanas”. Sendo assim, para o autor, a análise a partir do viés da TMD é fundamental para que se compreenda, de fato, as conjunturas estruturais do modelo de produção capitalista e seus impactos na sociedade.

O segundo artigo que será analisado também pertence ao economista Glauber Lopes Xavier (2017), sob o título: *Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro*. Este artigo foi publicado na Revista Argumentum. Dos autores utilizados pelo autor, bem como para a fundamentação da produção deste TCC, foi autor Ruy Mauro Marini

Este segundo artigo dialoga diretamente com o anterior, apesar de ter sido publicado um ano antes, em 2017. O autor realiza uma análise da função exercida pelo agronegócio brasileiro, no qual através de dados coletados, fica nítido a função brasileira e da América Latina como um todo na produção de matéria-prima para exportação, enquanto importam produtos e tecnologias de outros países, uma vez que a produção dessas mercadorias exige um maior grau de desenvolvimento técnico.

[...] empreende-se uma análise do papel do agronegócio brasileiro nos quadros do capitalismo periférico Latino-Americano com base em dados coletados basicamente por meio de três fontes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD), órgão pertencente à Organização das Nações Unidas (ONU) (XAVIER, 2017, p. 147).

Xavier (2017) recorre aos estudos de outro pensador russo, Leon Trotsky, que deu sequência nos estudos do imperialismo. A linha exposta pelos autores é de que deveria acontecer uma luta contra o imperialismo, independente da sua forma de atuação, além de defender uma reforma agrária, fato esse que, até os dias de hoje, no Brasil, não aconteceu.

“Os países coloniais e semicoloniais devem lutar antes de tudo contra o país imperialista que os oprime diretamente, independente de que use a máscara da democracia ou do fascismo” (TROTSKY, 2009, p. 106). Ainda sobre a estratégia revolucionária que deveria ser levada a cabo pelos países coloniais e semicoloniais latino-americanos, Trotsky assevera que: “Nos países latino-americanos, o melhor método de luta contra o fascismo e o mais seguro é a revolução agrária” (TROTSKY, 2009, p. 106). (XAVIER, 2017, p. 250).

Segundo Xavier (2017, p. 153), “[...] entende-se por agronegócio a empresa capitalista voltada para a produção agrícola, pecuária e mineral de elevada monta e que possui conexão com capital industrial, financeiro e bancário”. Segundo essa lógica, a própria cidade de Mariana é uma cidade inserida diretamente nessa lógica do agronegócio mineiro, brasileiro e mundial. O autor apresenta alguns dados a respeito das importações e exportações brasileiras. Para Xavier (2017, p. 153),

Conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, para o intervalo de janeiro a maio de 2016, os principais produtos exportados foram: soja mesmo triturada (64,16%); minérios de ferro e seus concentrados (14,86%), óleos brutos de petróleo (4,18%); açúcar de cana, em bruto (3,24%); carne de frango congelada, fresca ou refrigerada incluindo miúdos (3,20%); celulose (3,13%); farelo e resíduos da extração de óleo de soja (3,11%); milho em grãos (2,76%); carne de bovino congelada, fresca ou refrigerada (2,48%); café cru em grão (2,46%). (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016).

Podemos observar através dos dados apresentados que a soja é o principal produto da exportação brasileira, sendo de longe o mais exportado, no período estudado acima.

Por outro lado, os principais produtos importados pela economia brasileira no período de janeiro a maio de 2016 foram: medicamentos para medicina humana e veterinária (4,51%); partes e peças para veículos automotores e tratores (3,45%); óleos brutos de petróleo (2,43%); automóveis de passageiros (2,09%); circuitos integrados e microconjuntos eletrônicos (2,03%); compostos heterocíclicos, seus sais e sulfonamidas (1,89%); naftas (1,74%); óleos combustíveis (óleo diesel, fuel-oil, etc.) (1,73%); circuitos impressos e outras partes para telefonia (1,67%); instrumentos e aparelhos de medida, de verificação, etc. (1,54%); partes de motores e turbinas para aviação (1,52%) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, 2016). (XAVIER, 2017, p. 153).

Podemos observar uma alteração significativa no processo de importação e exportação, tendo em vista a análise dos dados apresentados, que os produtos exportados são todos ligados a recursos naturais, em que a base técnica e avanço tecnológico gira em torno da produção, ou seja, são voltados para desenvolver equipamentos que aceleram a produção e extração dos recursos naturais. Enquanto isso, os produtos importados pelo Brasil são produtos que exigem uma qualificação técnica, tecnologia entre outros fatores para que esses produtos sejam produzidos.

Aos Estados Unidos vendemos óleos brutos de petróleo, celulose e café, deles adquirimos partes de motores e turbinas para aviação, medicamentos, instrumentos e aparelhos os mais diversos, adubos e fertilizantes. Há que se considerar, que a dinâmica econômica inerente ao agronegócio impôs, aos países com alta participação de produtos primários em suas pautas de exportações, uma integração de mercados que reproduz e aprofunda a dependência econômica (XAVIER, 2017, p. 154).

Essa diferenciação de importação e exportação deixa nítido a função brasileira e da América Latina como um todo, uma vez que a centralidade da produção é voltada ao setor primário. Inclusive, a maioria dos avanços tecnológicos são pensados para o aprimoramento da produção de bens primários e não visando uma "independência" tecnológica, para que se possa, além de extrair, fabricar aqui produtos que necessitem de uma qualificação técnica e tecnológica.

Como mencionado anteriormente, o autor dos textos é um economista que se utilizou da TMD, para expor seus pensamentos e construção a respeito do imperialismo e do capitalismo dependente. Alguns autores por ele trabalhados, como Marini e Lenin, foram utilizados neste TCC, enquanto outros autores, como Trotsky, não chegaram a ser discutidos no presente trabalho. De maneira geral, apesar de ser um departamento diferente, com uma pegada um pouco mais estatística, trazendo

dados econômicos de exportação e importação, não se aprofundando nas condições materiais de vida da população em si, a discussão aqui realizada não foge do que foi debatido durante a graduação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Seguindo a análise, serão analisados três (3) artigos com produções do Serviço Social, a respeito da mesma temática.

O primeiro deles é o artigo escrito pela Cristiane Luisa Souza (2016), sob o título: *Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina*, publicado pela Argumentum

Os autores utilizados pela autora, bem como alguns textos, foram também utilizados para a fundamentação da produção deste TCC, sendo algum deles o autor José Paulo Netto e seu livro *Capitalismo Monopolista e Serviço Social e A dialética da Dependência* de Ruy Mauro Marini. Em linhas gerais, até pela semelhança dos autores utilizados, a discussão geral aborda o mesmo elemento da inserção da América Latina e brasileira, dentro da lógica capitalista, contudo, com uma discussão voltada às políticas sociais no contexto da dependência.

Para Souza (2016), é durante a fase monopolista/imperialista do capitalismo que a consolidação da divisão internacional do trabalho acontece, repartindo o mundo em uma guerra intercapitalista, entre países imperialistas. O que segundo Souza (2016, p. 49),

Estas determinam às nações dominadas dependentes e periféricas – o assim denominado Terceiro Mundo - o ritmo e o tipo do desenvolvimento que lhes cabe para manutenção do imperialismo. Os monopólios definem o ritmo da produção e circulação de mercadorias.

De acordo com Souza (2016, p. 49), “[...] em suas considerações sobre a ampliação da legislação social, Mandel (1982) aponta às contradições inerentes, não apenas às políticas sociais em si, mas à totalidade das relações sociais e dos interesses em disputa na qual estão inseridas”. E o fato da existência dessas contradições, para a autora, significa que as mesmas são impeditivas para o funcionamento em estado pleno das políticas sociais existentes. Segundo Souza (2016, p. 49), “[...] são essas contradições que colocam limites para que a política social corresponda, para a classe trabalhadora, a um mecanismo de garantia de uma sociabilidade igualitária e democrática”.

Uma contradição fundamental para o debate das políticas sociais, está ligada diretamente ao fundo público, afinal, ele é quem fornece subsídios para a implementação das políticas.

É via fundo público que o Estado passa a atender também às demandas da classe trabalhadora e às contradições de interesses em torno dele se acirram nos momentos onde as crises, inerentes ao capital, se agudizam e o fundo passa ter como prioridade o subsídio e a garantia do processo de valorização do capital (SOUZA, 2016, p. 50).

Para Souza (2016), existe uma diferença entre as políticas sociais existentes dentro dos países imperialistas e dos países dependentes. Se por um lado, existiu uma expansão dos direitos sociais, do outro, ela até acontece, mas vinculada às contradições da dependência capitalista.

A estrutura da produção capitalista nas nações politicamente independentes na América Latina nasce, vinculada aos interesses do capitalismo monopolista, num momento em que este redesenha sua própria dinâmica de valorização do valor e coloca para o Estado burguês, como um todo, novas funções. O Estado no capitalismo dependente, porém, cumprirá estas funções radicalizando a histórica desigualdade social, herança das colonizações e fundamento da própria dependência. Portanto, diferente dos centros capitalistas desenvolvidos, onde este período correspondeu à uma crescente ampliação da legislação social - mesmo inserida nas contradições acima elencadas, no capitalismo dependente as funções do Estado, no que diz respeito à proteção social da classe trabalhadora, reflete as contradições próprias do capitalismo dependente (SOUZA, 2016, p. 51).

Nota-se que a dependência dos países latino-americanos não se limita apenas a produção e desenvolvimento tecnológico, ela perpassa por vários ramos da vida social e material de sua população, devido a sua inserção no mercado capitalista mundial. No caso analisado neste artigo, é retratado o seu impacto nas políticas sociais.

A natureza da dependência latino-americana emana do fato de que foi incumbida a participar no processo de acumulação em geral, alterando a capacidade produtiva do trabalhador nos centros, principalmente ao garantir produtos primários, cujos preços são definidos pelos capitalistas monopolistas centrais (SOUZA, 2016, p. 51).

A autora recorre aos escritos de Marini (2011), no qual ele afirma que, graças à superexploração da força de trabalho, é possível compensar os lucros que foram perdidos no processo da troca desigual.

A superexploração não se confunde com a mais valia absoluta, ela se dará por meio de três mecanismos: o aumento da intensidade do trabalho, aumento da produtividade e o pagamento de salários abaixo do valor que garante a reprodução do trabalhador em condições normais (SOUZA, 2016, p. 52).

Graças a essa base produtiva, inserido na lógica da produção capitalista, é possível compreender a história e o caminho percorrido pelas políticas sociais nos países latino-americanos.

É esse elemento estruturante da economia capitalista dependente que pode explicitar as particularidades da política social na América Latina e jogar luz sobre o processo histórico da luta de classes no continente, cujo mecanismo de intervenção utilizado pelo Estado dependente, historicamente, pendeu mais para a repressão e exclusão das massas, mantendo-as submersas à superexploração e ao crescente pauperismo, do que à implementação de políticas sociais que rompam com a brutal desigualdade e garantam sequer uma participação democrática em termos burgueses (MARINI, 2011; FERNANDES, 2006). (SOUZA, 2016, p. 52-53).

Segundo Souza (2016, p. 54), “[...] no Brasil, houve uma dupla articulação entre o desenvolvimento desigual interno e a associação dependente que colocou, no processo de transição para o capitalismo monopolista, a burguesia no centro das decisões internas do país”. Nesse sentido, podemos observar inclusive nos dias de hoje, qual parcela da população toma as decisões a respeito das políticas sociais, entre outros assuntos importantes no país.

Outra discussão levantada pela autora perpassa pela discussão do fundo público e as diferentes formas de atuação do Estado e dos vínculos empregatícios da classe trabalhadora.

Se nos centros capitalistas a conservação e o controle da força de trabalho se dá mediante a regulamentação da relação capital x trabalho, via legislações trabalhistas bem como pela criação de sistemas de previdência e seguros que contrarrestam a tendência ao subconsumo do trabalhador que está fora do mercado de trabalho (NETTO, 2011), isso não se opera com a mesma amplitude na América Latina. Aqui a informalidade atinge grande parte dos trabalhadores, que têm sua força de trabalho disposta à reprodução do capital sem nenhuma mediação do Estado e nenhum direito trabalhista garantido, sem contar o desemprego estrutural que é aqui historicamente presente (PAIVA e OURIQUES, 2006). (SOUZA, 2016, p. 54).

Tendo em vista a peculiaridade do trabalho informal no Brasil, podemos observar atualmente a luta dos trabalhadores de aplicativos por leis que regulamentem a profissão para instauração de alguns benefícios mínimos, como a jornada de trabalho, direito a férias remuneradas, por exemplo. Levando isso em conta, a forma que o governo brasileiro encontra para a constituição do fundo público se dá mediante a taxação de impostos sobre o consumo.

Pois se na América Latina grande parte da massa trabalhadora está fora do sistema de proteção social – por estar na informalidade - e os custos de formação do fundo público são socializados com todos os trabalhadores ao incidir impostos sobre o consumo de mercadorias – e de forma mais acentuada sobre os produtos da “cesta básica”, o que visualizamos é que os

sistemas de seguridade, objetivados via fundo público, não são aqui apenas excludentes como se operam via mecanismos que aprofundam ainda mais as condições de miséria e pauperização dessa enorme massa da população que não é beneficiada, mas também paga os custos da formação desse fundo (SOUZA, 2016, p. 56).

Através da análise de dados publicados pela Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (CEPAL) em 2013, Souza (2016, p. 56) demonstra o investimento dos países da América Latina e Caribe:

De acordo com os dados do Anuário Estatístico da América Latina e Caribe (CEPAL, 2013), os gastos públicos na maioria dos países da América Latina e do Caribe não chegam a 15% do PIB em 2010, sendo que Argentina, Brasil e Uruguai alcançaram pouco mais de 20% e apenas em Cuba este gasto chegou a 40% do PIB.

Em resumo, o gasto público do ano de 2010 poderia ser muito maior do que realmente foi, caso o país não estivesse envolvido em uma lógica de dependência dentro do sistema capitalista.

A autora finaliza o artigo, destacando os pontos de sua análise, a respeito da instauração das políticas sociais, dentro dessa lógica dependente da América Latina.

Como apontamentos finais, apresentamos a nossa compreensão, a partir dos referenciais estudados, de que as políticas sociais na América Latina estão inscritas numa dinâmica estrutural na qual a dependência e superexploração colocam como possibilidade a não garantia do mínimo de proteção social à grande parte dos trabalhadores (SOUZA, 2016, p. 58).

O quarto artigo avaliado, o segundo sendo de produção do Serviço Social analisado, é o artigo escrito e publicado pelos autores Diego de Oliveira Souza e Ana Maria Moura Araújo (2020), sob o título: *Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes*. Este foi publicado na revista *Katálysis*. Os autores utilizados pela autora, bem como para a fundamentação da produção deste TCC foi o Ruy Mauro Marini

Esse artigo trabalha a respeito da saúde dos trabalhadores, avaliando as condições materiais de vida, de trabalho e existência da classe trabalhadora. Levando em conta condições de acesso à saúde, condições de trabalho ligadas a sociedade de classes constituída no capitalismo.

Segundo Souza e Araújo (2020, p. 650), “[...] o primeiro princípio a ser considerado na relação trabalho-saúde é o fato de que a saúde, enquanto complexo social fundado pelo trabalho, reproduz particularmente o caráter genérico do ser social”. Nesse sentido, apresentado, é necessário realizar o exercício de compreender

o contexto ao qual o indivíduo está inserido, para que se possa realizar uma análise precisa da sua condição de vida e conseqüentemente de saúde.

Com efeito, a saúde precisa ser pensada por esse prisma, considerando sempre uma relação entre a esfera ontológica natural (biológica) e a social, relação que se constitui no salto (apenas possível por meio do trabalho) que encerra uma dialética de rupturas e continuidades entre as distintas instâncias ontológicas (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 650).

Segundo os autores Souza e Araújo (2020, p. 650), “[...] pensar a saúde humana geral pressupõe, nas sociedades de classe, pensar sobremodo na saúde da classe que produz a riqueza, logo, que produz o mundo (social)”. Não é possível pensar a saúde como uma ciência isolada das demais, principalmente da social. Para Souza e Araújo (2020, p. 650), “[...] no capitalismo, tal premissa assume complexidade sem precedentes, guiando-nos até a questão da saúde dos trabalhadores, como chave analítica para entender a relação trabalho-saúde”. Fazendo um paralelo, se Marx descreveu a relação entre capital e trabalho, o artigo escrito pelos autores se propõe a destrinchar a relação “trabalho e saúde”.

Dentro da lógica de produção capitalista, a saúde acaba por se tornar uma mercadoria. Segundo Souza e Araújo (2020, p. 650-651), “[...] a prioridade ontológica da questão da saúde dos trabalhadores para entender a saúde em geral no capitalismo se constitui, entre outras razões, porque ela mesma se coloca como um processo social exclusivamente capitalista”. Ou seja, nem todos os trabalhadores têm acesso à saúde de qualidade, quem dirá a população que não consegue se inserir no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal.

Para os autores, a discussão a respeito da saúde do trabalhador na América Latina não pode se limitar ao contexto da superexploração do trabalho.

Para o nosso propósito, um olhar mais atento para a relação trabalho-saúde nas economias dependentes permite observar que, sem ignorar a importante presença daquela equação mais geral (exploração = menos saúde), ela não consegue dar conta da plenitude dos mecanismos ali presentes. O debate, portanto, deve perpassar a análise da categoria superexploração, como forma peculiar a partir da qual, predominantemente, ocorre o processo de valorização nessas economias (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 652).

Os autores realizam uma análise, a partir de Marini (2011), para demonstrar os impactos da superexploração no cotidiano dos trabalhadores latino americanos, onde é elencado 3 características específicas da dependência para que o lucro seja compensado nos países dependentes.

De acordo com Marini (2011a), nos países dependentes, as principais fontes de acumulação não estão diretamente ligadas à produtividade do trabalho,

mas sim à maior exploração da própria força de trabalho. Identifica, dessa maneira, três mecanismos que, combinados ou não, podem ocorrer na superexploração da força de trabalho: 1) o aumento da intensidade do trabalho (produção de mais-valia relativa); 2) a extensão da jornada de trabalho (produção de mais-valia absoluta); e 3) a remuneração do trabalhador abaixo do valor da sua força de trabalho, sem que esta baixa remuneração seja acompanhada pela diminuição do valor das mercadorias e serviços que compõem a cesta básica do trabalhador (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 653).

Os impactos dos mecanismos apresentados por Marini(2011) e trazidos por Souza e Araújo (2020), demonstram como a relação de produção acaba por criar um desgaste para o trabalhador em todos os campos de sua vida, social, psicológica e física.

Uma remuneração abaixo do necessário para uma reprodução normal de um trabalhador ou uma jornada de trabalho que gere sobredesgaste (seja pelo prolongamento ou pela intensificação do trabalho) e reduza o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos em que o capital está se apropriando hoje dos anos futuros de trabalho e de vida. Estamos, assim, diante de processos de superexploração, pois não há equivalência entre a remuneração e o valor da força de trabalho (OSORIO, 2012). (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 654).

Contudo, segundo Souza e Araújo (2020), mesmo em alguns casos, quando exista uma certa compensação financeira, a mesma não é suficiente para lidar com os danos à saúde, que podem acabar prejudicando a vida material do trabalhador, gerando um adoecimento, seja físico ou mental.

A superexploração é a pedra de toque do processo de desgaste e adoecimento da classe trabalhadora das nações de economia dependente, a exemplo daquelas que compõem a América Latina. Tal condição se manifesta, historicamente, em indicadores de saúde desiguais entre os trabalhadores das nações mencionadas e aquelas de capitalismo clássico, quando se observam mais acidentes e mortes dos trabalhadores nos países dependentes, assim como a maior presença de outras formas de adoecimento, ligadas diretamente ao trabalho ou decorrentes da precária vida determinada pelo roubo de seu fundo de consumo (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 654).

A caracterização da dependência pode ser percebida em vários campos, inclusive no da saúde dos trabalhadores, afinal, se um trabalhador possui mais desgaste que os demais trabalhadores, naturalmente a tendência é de um maior adoecimento por parte desta classe. Outro impacto negativo, é o nível da medicina nos países centrais em relação aos países dependentes. Um exemplo foi a diferença de tempo existente para a produção de vacinas na Covid-19. Cabe ressaltar que não é uma incompetência ou má vontade dos profissionais de saúde dos países

dependentes e sim, devido à criação da lógica produtiva, onde investimentos em tecnologia e pesquisas diversas ficam por conta dos países de capitalismo central.

As discrepâncias de saúde em países como os latino-americanos ante os países de economia avançada são reflexo desse processo particular de superexploração, marcando as diferenças num processo ontologicamente unitário, no sentido de constituir uma universalidade dialética. Portanto, a categoria superexploração deve ocupar espaço nas investigações científicas e filosóficas que se proponham a entender a dimensão social da saúde nos países dependentes, mas sem perder de vista a totalidade social (SOUZA e ARAÚJO, 2020, p. 655).

Os autores defendem que inclusive as análises de saúde sejam realizadas de maneira em que se observe a materialidade em que os trabalhadores estão inseridos, não sendo analisada de uma maneira isolada.

O último artigo que será analisado é o terceiro da produção do Serviço Social brasileiro, se trata do texto: *Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo*, da autora Morena Gomes Marques (2018). Este artigo foi escrito na revista *Katálysis*. Os autores utilizados pela autora, bem como para a fundamentação da produção deste TCC, são os autores Florestan Fernandes, José Paulo Netto, Ruy Mauro Marini

No qual em linhas gerais, a autora realiza uma análise da política nacional, os impactos do capitalismo dependente no Estado brasileiro e o impacto criado na classe trabalhadora brasileira.

Diferente dos países centrais, no Brasil, a emancipação política não significou uma emancipação política, afinal, cabe a esse país cumprir com as exigências do mercado internacional.

[...] incorporadas às estruturas coloniais na ordem social competitiva, visualizou-se aqui uma emancipação política dissociada da autonomia econômica, expressa na ausência de um controle propriamente nacional do excedente econômico gerado pelo setor exportador, cuja consequência primeira foi a constituição de um mercado interno atrofiado, apartado das possibilidades de socialização dos recursos naturais para fins de integração nacional (MARQUES, 2018, p. 138).

Uma característica expressiva do capitalismo dependente é o seu controle sobre as importações e exportações dos países dependentes, aos quais ficam reféns da sua produção de recursos naturais.

Para Fernandes (2008, p. 53), a gênese de tais estruturas nos conduziu ao destino histórico inerente ao capitalismo dependente, o qual pode ser compreendido na formação de uma economia duplamente polarizada: de um lado, um setor de exportação de produtos primários, no qual se detêm, ao máximo, a dependência ao exterior; e de outro, um setor interno de produção, circulação e consumo de bens, ainda sujeito a fortes influxos externos (MARQUES, 2018, p. 138).

Se, por um lado, existiu o avanço da industrialização nos países de capitalismo central, nos países cujo capitalismo se desenvolveu tardiamente e de maneira dependente, aconteceu o avanço aconteceu no campo do agronegócio.

No estabelecimento da ordem social competitiva, a função exercida pela América Latina esteve em sua capacidade de atender uma demanda mundial de alimentos e matérias-primas, cuja relevância cresceu em proporção direta ao desenvolvimento da grande indústria (MARQUES, 2018, p. 138).

Para os trabalhadores dos países dependentes, Marques (2018) destaca que o salário dos trabalhadores latino-americanos é reduzido para compensar a taxa de lucro dos países centrais, tendo em vista que a exportação dos produtos é realizada abaixo do seu valor de mercado.

Temos que a incidência latino-americana afetou diretamente a taxa de mais-valia desse operariado urbano a partir da variação das suas partes componentes – o trabalho necessário e o trabalho excedente – reduzindo os custos do primeiro através da desvalorização dos bens-salário. De outra forma, podemos compreender este fenômeno em Marx (2011) sob o seguinte raciocínio: quando o comércio exterior barateia os elementos do capital constante ou os meios de subsistência de primeira necessidade em que é investido o capital variável, contribui para que aumente a taxa de lucro, ao elevar a taxa de mais-valia e reduzir o valor do capital constante. Tem-se assim, que a dependência latino-americana atua como fator de compensação da taxa de lucro dos países centrais. Pois, mediante a exportação de produtos abaixo do seu valor real, este continente intensifica a produtividade da grande indústria e contribui para contrarrestar a natureza contraditória da acumulação do capital em seu processo de expansão. (MARQUES, 2018, p. 139).

Nesse sentido, a autora aponta como problema o fenômeno chamado de troca desigual, praticado pela burguesia local.

Logo, o problema da dependência para a burguesia da periferia capitalista jamais apresenta como alternativa a ruptura com a troca desigual. Mas, na compensação da perda da mais-valia por meio de uma maior exploração do trabalhador a nível de produção interna, desonerando a si dos custos do subdesenvolvimento (MARQUES, 2018, p. 139).

Devido à inserção tardia no ciclo mundial do capitalismo, a industrialização nos países da América Latina foi diferente da dos países centrais. Vale ressaltar que dentro da própria América Latina, já houve diferença em sua industrialização, onde apenas alguns países passaram por esse processo, como destaca Bambirra (2013), no qual ela divide os países industriais em dois grupos, os que passaram por um processo de industrialização e os que não puderam passar por esse processo, devido às condições históricas.

[...] o que a história vai nos apresentar é que a industrialização nos países periféricos se deu em sentido muito distinto da sua configuração nos países centrais e nunca decorreu entre nós qualquer insuficiência ou limitações de ordem pré-capitalista. Ao contrário, trata-se de um capitalismo peculiar, cuja subordinação econômica – da fase colonial ao período monopolista – se dá para assegurar a reprodução ampliada do capital internacional (MARQUES, 2018, p. 139).

Nesse aspecto, para atender as necessidades deste mercado internacional, não existe a preocupação em relação à produção local, sempre visando as necessidades externas.

Desta forma, em países como o Brasil, o rebaixamento do considerado estritamente necessário à reprodução física da força-de-trabalho não permitiu o nascimento de uma indústria nacional voltada à produção de bens manufaturados de consumo popular, como se sucedeu nos países industriais clássicos (MARQUES, 2018, p. 139).

A autora nos chama atenção, para as características existentes nesse processo de industrialização, não sendo limitado, apenas pela superexploração do trabalho, possuindo também uma dependência tecnológica estrangeira, uma vez que a função historicamente definida para o Brasil foi a produção de matérias-primas. A produção de tecnologias de ponta ficou a cargo de outros países.

Todavia, a economia dependente em sua fase industrial não se caracteriza apenas pela parca remuneração aos de baixo, mas por outro fenômeno de importância não-desprezível: o aumento da produtividade através do recurso à tecnologia estrangeira (MARQUES, 2018, p. 140).

Tal inserção permanece constante ainda nos dias atuais, devido ao fato de ser interesse não apenas dos países centrais, mas também da burguesia local.

Tanto os interesses privados externos, os grandes monopólios e as superpotências capitalistas, quanto os internos – a suposta burguesia nativa – estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento. Esta forma de ingerência se apropria das posições de liderança antes ocupadas pelas empresas nacionais através de mecanismos financeiros, associação com sócios locais, corrupção, pressão e outros meios, com vistas aos interesses das empresas corporativas (MARQUES, 2018, p. 140).

A autora apresenta a nova etapa do que ela chama de nova fase da dependência em três pontos diferentes.

Podemos sistematizar em três pontos a dependência nesta nova fase. Primeiro, a constatação de um moderno mercado capitalista de autonomia restrita, cuja ingerência externa é compartilhada entre algumas nações, com destaque aos Estados Unidos. Em segundo, a ausência de requisitos fundamentais ao desenvolvimento econômico e sociocultural das nações latino-americanas, até mesmo entre aquelas de economia mais avançada. Como antes, tais requisitos são cedidos conforme os interesses e disposição estrangeira, a exemplo da transplantação de tecnologias, instituições, controle financeiro e suprimento externo de capital. (MARQUES, 2018, p. 140).

Não obstante, todos os problemas já mencionados anteriormente, a respeito da inserção brasileira na lógica do capital mundial, a autora destaca ações da autocracia, na qual não se limita apenas em contar com a força do Estado para a garantia dos lucros, passa também a atacar o fundo público e as políticas sociais existentes.

O que denominamos por cultura autocrática é próprio da necessidade de autoprivilegiamento e autoproteção burguesa que, em nome da estabilidade política, estatiza a violência sistemática contra os de baixo, ultrapassando os limites do seu braço armado e a condensando nas políticas sociais e demais esferas públicas de interlocução com os trabalhadores (MARQUES, 2018, p. 140).

Outra característica abordada pela autora, consiste na alteração do seu modelo industrial.

Como nos demais países latino-americanos, o Brasil também sofre os impactos de reorientação econômica advindos da nova divisão internacional do trabalho. De economia urbano-industrial, a América Latina vem se constituindo nas três últimas décadas em uma grande economia agroexportadora [...]. Matérias-primas processadas para exportação – com destaque aos produtos petroquímicos, ferro, aço, celulose, papel, alumínio, minerais, laranja e pescado – apresentam elevadas taxas de investimento, em muito superiores às dos ramos industriais dedicados à produção de bens supérfluos ou de capital fixo (MARQUES, 2018, p. 141).

Segundo Marques (2018, p. 141), “[...] a produção industrial propriamente dita limita-se, em geral, ao setor de montagem automotiva, peças de eletrônica e confecção de artigos de luxo”. Ou seja, não existe desenvolvimento tecnológico de ponta, igual aos países de capitalismo central.

Com a constante busca por novos mercados e novos pontos de lucros, o avanço do setor privado no Brasil vem ganhando espaço na privatização dos serviços públicos, ganhando cada vez mais influência no Brasil.

Todavia, a ingerência externa não se limita apenas à sujeição ao capital especulativo, ela faz-se presente em todo o processo de realização da economia. Na geração e distribuição de energia, nos serviços de telefonia e transporte, na produção de insumos energéticos, de alimentos e semimanufaturados de recursos naturais, ampliou-se significativamente o quantitativo de fusões entre empresas internacionais, bancos e grandes conglomerados locais. A privatização de serviços públicos – a exemplo da energia elétrica, a administração portuária e a rododiferroviária – tornou-se um espaço em potencial para supercapitalização transnacional (MARQUES, 2018, p. 141).

Segundo Marques (2018, p. 142), “[...] longe de representar um papel coadjuvante, as commodities encontram-se no centro da economia brasileira, cujas receitas ultrapassam o percentual de 70% da comercialização internacional”. Deixando nitidamente a função ocupada pelo Brasil, neste mercado capitalista internacional.

A autora recorre, então, à Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) (2012), para apresentar alguns dados, a respeito das exportações e importações brasileiras. Para Marques (2018, p. 142), “[...] segundo a AEB (2012, p. 13), no período 2000-2011 as exportações totais do Brasil cresceram 365%, tendo por principais mercados consumidores, respectivamente, China, Estados Unidos, Argentina, Holanda, Japão e Alemanha”. Podemos observar, que com exceção da Argentina, todos os principais consumidores da exportação brasileira estão localizados fora da América Latina e possuem um grau de desenvolvimento tecnológico superior ao brasileiro.

A autora, aponta críticas à autocracia existente no Brasil, e aponta algumas características do motivo de tal existência. Para Marques (2018, p. 143):

Ao afirmarmos a existência de uma cultura autocrática supomos algo inevitável diante dos fatos históricos: a superação da natureza autocrática do Estado não se realizou, ato que exigiria muito de nossa burguesia nacional. Para “vencer esta circularidade histórica, elas careciam de um excedente de poder bem diverso, que não lhes desse apenas autonomia de classe para ‘dentro’, mas também autonomia de classe para ‘fora’, que servisse de substrato para uma ruptura imperialista.” (FERNANDES, 1976, p. 353). O que se apresenta aqui é a nossa peculiaridade: uma democracia e cidadania de essência flexível, facilmente enrijecidas.

A democracia vigente, tende a atender aos capitalistas. Basta observar o congresso democraticamente eleito, em que a grande maioria das campanhas conta com vasta injeção de dinheiro, para que se possa acontecer a propaganda política. Nesse sentido, a própria democracia é limitada e os interesses da classe trabalhadora ficam em último plano. Segundo Marques (2018, p. 143),

A flexibilidade desta democracia detém o seu limite no cerne da dependência, quando o escasso excedente destinado ao consenso entre classes demonstra-se insuficiente. Podemos citar dois fenômenos aqui implicados: no momento em que a ação da classe trabalhadora expressa um caráter autônomo e não cooptável, cujas requisições confrontam-se diretamente com a sua condição de superexplorada. Ou, em períodos de crise cíclica do capital, quando a burguesia demanda uma maior apropriação de mais-valia e, conseqüentemente, também do fundo público, inviabilizando concessões aos de baixo e tornando descartáveis as alianças com setores colaboracionistas dos trabalhadores.

Quando o capitalismo encontra-se em momentos de sua crise cíclica dentro dessa democracia, ele acaba por realizar um avanço no fundo público, e retirando direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora. Para Marques (2018, p. 143),

Neste último caso, as contratendências à queda da taxa de lucro incidem sobre os direitos sociais e ameaçam até mesmo a permanência de escassas

garantias, abrindo flanco a possibilidade de emergência de segmentos mais conservadores no poder do Estado e excluindo-se a necessidade da compra de alianças e lealdades, dado o exemplo histórico do Partido dos Trabalhadores (PT) e o golpe jurídico-parlamentar em 2016. (Marques.2018, p. 143)

Podemos observar que apesar da luta para que sejam eleitos os partidos de esquerda, para que beneficiem a classe trabalhadora, não podemos limitar a luta a este modelo de eleição e muito menos nos acomodar com esse modelo de sociabilidade capitalista.

Diante os artigos analisados, é importante reafirmar que estes contribuíram de maneira objetiva para a discussão e compreensão a respeito da relação entre os países imperialistas e de capitalismo dependente, para a compreensão da função latino-americana, de como se deu a sua inserção dentro do mercado global do capitalismo, a influência política e econômica exercida pelos países centrais sobre os países dependentes e como eles “controlam” o desenvolvimento tecnológico, político e econômico desses países.

Tal influência acontece também pelo aspecto da própria burguesia local não possuir um interesse em confrontar os interesses externos e acabam por compensar os lucros sobre a exploração cada vez maior sobre a classe trabalhadora. Precarizando as condições de trabalho, investimento em tecnologias que aprimorem a mais-valia relativa ou a instauração de leis que flexibilizem os contratos de trabalho, que tornem a mais-valia absoluta legal. Essa precarização do trabalho, a remuneração que por vezes não atendem as condições mínimas do trabalhador para se reproduzir, afetam diretamente a sua saúde, causando consequências diversas, dependendo do campo de atuação do trabalhador.

Existem aqueles que acreditam que através da democracia vigente no Brasil, é possível superar algumas das questões apresentadas, que um desenvolvimento nacional e autônomo, investimento em pesquisa e tecnologia conseguiriam tirar o país “dessa situação”. Contudo, o que se observa é que, independentemente do governo eleito, os interesses que são atendidos em primeira instância, são os da burguesia, mesmo que um governo de esquerda esteja eleito.

De uma maneira geral, os artigos perpassam por esses campos, trazendo dados e argumentos que complementam os impactos dos países imperialistas sobre os de capitalismo dependente e os diversos campos que são impactos.

4. Conclusão

Através dos dados apresentados neste TCC é possível observar, mesmo que de maneira inicial, os impactos gerados pela inserção dos países latino-americanos, incluindo o Brasil, no mercado internacional capitalista. As contradições existentes no capitalismo como um todo são ampliadas e aprofundadas nesse sistema. O limite imposto ao desenvolvimento, a função econômica pré-definida, a sua obrigatoriedade em produzir matéria-prima para os países centrais, são elementos que sustentam a perspectiva da superexploração do trabalho e da troca desigual, destacada por Marini (2011).

Além dos impactos econômicos, foi possível observar como essa inserção afeta de maneira determinante vários aspectos da vida material e social das pessoas que vivem sob a lógica do capitalismo dependente. Impactos negativos em diversas áreas do trabalho, com uma remuneração que não é considerada suficiente para que possa viver de uma maneira digna e confortável, com momentos de lazer e descanso.

Na produção encontrada nas quatro (4) revistas aqui trabalhadas e dentro do intervalo de tempo, existiu uma predominância de alguns autores, que mais foram utilizados, como Ruy Mauro Marini e Florestan Fernandes. Dentro da produção, existiram três (3) artigos que não eram do campo de produção do Serviço Social, no qual, dois foram aqui analisados. Ou seja, apesar de ser uma discussão extremamente presente em alguns cursos de Serviço Social, como é no caso da UFOP, outros departamentos que realizam a discussão a respeito dos temas aqui expostos e também possuem publicação nas revistas especializadas da área, o que contribui e amplia o debate a respeito das categorias.

A atualidade da discussão, a respeito do imperialismo, com suas novas formas de acumulação, a inserção de novas tecnologias no sistema produtivo, avanços dos sistemas de comunicação e das redes sociais, avanço em relação ao fundo público são algumas questões que aparecem atualmente e que na época analisada por Lenin, apareceram de outra forma. O avanço da internet, por exemplo, é uma categoria nova. Contudo, apesar dessas novas características apresentadas e outras existentes aqui não mencionadas, o princípio da acumulação e do funcionamento do sistema permanece o mesmo, ou seja, as expressões do funcionamento capitalista ainda tem como base os princípios apresentados por Marx no livro I do capital e aprofundados por Lenin.

Vale ressaltar que, apesar do atraso tecnológico existente nos países de capitalismo dependente, este não é apenas um dos problemas que impedem a “ascensão” ou “autonomia” desses países. Contudo, mesmo nos países de capitalismo central, onde existem tecnologias de ponta, a classe trabalhadora também sofre com as contradições do sistema de produção capitalista, sendo assim, de uma maneira geral, não podemos cair no fetichismo da tecnologia. Segundo Harvey (2018, p. 113), “[...] o fetichismo da tecnologia é muito disseminado e isso tem consequências importantes. Ele leva, por exemplo, à crença de que há uma solução tecnológica para qualquer problema social ou econômico”. Sendo assim, similar às políticas sociais, não é apenas o desenvolvimento tecnológico que irá solucionar os problemas existentes dentro dessa lógica capitalista.

O próprio desenvolvimento tecnológico dentro da lógica capitalista chega a ser contraditório, por mais que signifique um avanço importante em vários campos, como na velocidade de comunicação, acesso à informação, saúde, entre outros. Para Harvey (2016, p. 11):

Mas inovação é sempre uma faca de dois gumes: a automação da década de 1980 trouxe a desindustrialização, e empresas como a General Motors (que empregavam trabalhadores sindicalizados e bem pagos na década de 1960) foram suplantadas por outras como o Walmart (composta por uma ampla mão de obra não sindicalizada e mal paga), que hoje são as maiores empregadoras privadas dos Estados Unidos.

Para além desse atraso tecnológico, a influência política externa, o objetivo de atender aos interesses do mercado e países externos, através da produção de matéria-prima com seu foco localizado na agroexportação, a população brasileira enfrenta a ampliação das contradições cíclicas do capitalismo. A regressão dos direitos a partir das reformas da previdência aplicadas nos últimos anos, o limite instaurado do teto de gastos, o congelamento de investimentos em saúde e educação. Todas essas questões, entre outras, vem precarizando cada vez mais a situação de trabalho, vida e saúde da população brasileira, em partes por conta da sua inserção de maneira dependente no sistema capitalista, em partes também pela própria lógica sistêmica do capitalismo. Como mencionado anteriormente, a população dos países centrais, também sofre com as contradições do sistema capitalista.

5. Referências:

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo Dependente latino-americano**. 2º ed. Florianópolis: Ed. Insular. 2013. 224 p.

CASTELO, Rodrigo. **O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro**. Em Pauta. v. 11, n. 31, 2013, p. 119-138. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. **Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro**. Serviço Social & Sociedade [online], n. 137, 2020, pp. 15-34. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.199>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

CATALINOTTO, J. **A situação política e a possibilidade da luta da classes nos EUA**. Argumentum. v. 3, n. 2, 2012, p. 300–313. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/1624>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2º ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1975 [1972].

GOMES, Cláudia Maria Costa; SOUZA, Ana Karoline Nogueira de. **A inovação-restauração das formas democrático-burguesas característica da revolução passiva no Brasil**. Katálysis. v.23 n.2, 2020, p. 298-308. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n2p298/43192>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2016. (113)

_____. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. 1º ed. – São Paulo: Boitempo, 2018

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 6º ed. – São Paulo: Cortez, 2011 [2007].

KILFUFF, Fernanda; SILVA, Mossicléia Mendes da. **Tensões da política social brasileira: entre o aparato assistencial e a criminalização da questão social no Brasil**. Katálysis. V.22 n.3, 2019, p. 619-630. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p619/41162>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

LENIN, V. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, Kátia. **Universidade pública e contrarrevolução: da “travessia de uma ponte” ao “caminho da prosperidade”**. Em Pauta. v. 17, n. 44, 2019, p. 15 – 32.

Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45207/30941>> Acesso em: 07 mar. 2023.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **Desafios éticos e políticos da luta de classes e o mito da democracia racial em Florestan Fernandes**. Katálysis. v.20 n.3, 2017, p. 353-362. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592017v20n3p353/35087>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

LOPES, Ada Kallyne Sousa. **Emancipação política e a luta pelo direito à cidade**. Katálysis. v. 22, n.1, 2019, p. 191-200. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n1p191/39142>> Acesso em: 07 mar. 2023.

MACÊDO, Alano do Carmo; ARAÚJO, Thaynah Barros de. **Trabalhador com deficiência e Previdência Social**. Serviço Social & Sociedade. n. 135, 2019, pp. 249-270. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.177>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MARINHO, S. **Mulheres trans, violência de gênero e a permanente caça às bruxas**. Argumentum. v. 12, n. 3, 2020, p. 86–101. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/31355>>

Acesso em: 07 mar. 2023.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência, 1973**. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs). Ruy Mauro Marini: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005 [1973].

MARX, Karl. **Capital – Livro I**. São Paulo; Boitempo, 2013 [1864]

MARX, K. **O 18 DE BRUMÁRIO DE LUÍS BONAPARTE**. São Paulo : Boitempo, 2011 [1852].

MARQUES, Morena Gomes. **Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo**. Katálysis. V.21 n.1, 2018, p. 137-146. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p137/36203>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

MENDONÇA, L. J. V. P. de. **A América Latina entre a cruz e a caldeira**.

Argumentum, v. 6, n. 2, 2014, p. 25–28. Disponível em:

<<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/8204>>

Acesso em: 07 mar. 2023.

PAIVA, Beatriz Augusto; TAVARES, Elaine Jussara. **O confronto de projetos societários na América Latina no século XXI: uma nova guinada no mundo?**

Katálysis, v.23 n.3, 2020, p. 601-614 Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p601/44814>>. Acesso em: 07 mar. 2023.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8º ed. - São Paulo:Cortez, 2011 [1992].

_____. **Ditadura e Serviço Social**. 17º ed. - São Paulo: Cortez, 2015[1990].

PEREIRA, Potyara Amazoneida P; SIQUEIRA, Marcos César Alves. **Política social e Direitos Humanos sob o jugo imperial dos Estados Unidos**. Serviço Social & Sociedade. n. 119, 2014, pp. 446-467. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kPST75jqwJ3sGXQ5gt65BNv/?lang=pt&format=pdf>>
Acesso em: 07 mar. 2023..

ROCHA, M. F.; CARRARO, D. **A Solidão da Cidadania na América Latina: Estado e Materialização dos Direitos no Capitalismo Dependente do Século XXI**. Argumentum, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 66–84, 2013. DOI: 10.18315/argumentum.v5i1.4957 Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/4957>>.
Acesso em: 07 mar. 2023.

SILVA, Pollyana Luz Macedo. **As tramas Sociais da experiência de trabalhadores ambulantes em Rio das Ostras**. Em Pauta. N.43, 2019, p. 155 – 171. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/42514/29823>> Acesso em: 07 mar. 2023.

SOUZA, C. L. S. **Capitalismo dependente e políticas sociais na América Latina**. Argumentum. v. 8, n. 1, 2016, p. 48–60 . Disponível em:
<<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/11827>>.
Acesso em: 07 mar. 2023.

SOUZA, Cristiane Luíza Sabino. **Questão agrária, migração temporária e superexploração: uma síntese a partir do Vale do Jequitinhonha**. Katálysis. v.21 n. 3, 2018, p. 611-620.
Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p611/37976>> Acesso em: 07 mar. 2023.

SOUZA, Diego de Oliveira; ARAUJO, Ana Maria Moura. **Superexploração e saúde: a reprodução da força de trabalho nas economias dependentes**. Katálysis. V.23 n.3, 2020, p. 648-657. Disponível em:
<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p648/44337>> Acesso em: 07 mar. 2023.

TRASPADINI, Roberta Sperandio. **América Latina no século XX: revoluções, muralismos, imperialismo e dependência**. Katálysis, v.22 n. 3, 2019, p. 566-576. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592019v22n3p566/41167>> Acesso em: 07 mar. 2023.

XAVIER, G. L. **Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro**. Argumentum. v. 9, n. 2, 2017, p. 147–160. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15017>.> Acesso em: 07 mar. 2023.

XAVIER, Glauber Lopes. **O imperialismo na América Latina e a atualidade da Teoria Marxista da Dependência**. Katálysis, v.21 n.2, 2018, p.387-395. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n2p387/36982>> Acesso em: 07 mar. 2023